



# EURÁSIA EM FOCO

EDIÇÃO ABR-JUN 2025

Imagem da capa: Soldados russos desfilando na parada militar do Dia da Vitória, em Moscou (2024)

Fonte: AP Photo/Alexander Zemlianichenko. Disponível em: <https://apnews.com/article/russia-world-war-victory-putin-ba00d11cdc76ad243921329d7742600c>. Acesso em: 08 de jul. de 2025.



Centro de  
Investigação em  
Rússia, Eurásia e  
Espaço Pós-Soviético

UNESP-UNICAMP-PUCSP

ISSN 3085-8925

APOIO



PÓS-GRADUAÇÃO  
**Relações Internacionais**  
**SAN TIAGO DANTAS**

UNESP • UNICAMP • PUC-SP



Centro de  
Investigação em  
Rússia, Eurásia e  
Espaço Pós-Soviético  
UNESP-UNICAMP-PUCSP



**GEDES**

GRUPO DE ESTUDOS DE DEFESA  
E SEGURANÇA INTERNACIONAL

ISSN 3085-8925  
Volume 1, Número 2



EURÁSIA EM  
**FOCO**

Publicação Trimestral  
Edição Abril-Junho de 2025  
São Paulo, 2025



## **COMISSÃO EDITORIAL**

Pérsio Glória de Paula  
Getúlio Alves de Almeida Neto  
Ana Livia Ayres Cardoso

## **CONSELHO EDITORIAL**

Ana Livia Ayres Cardoso  
Danielle Makio  
Getúlio Alves de Almeida Neto  
Guilherme Geremias da Conceição  
Maria Eduarda Carvalho de Araujo  
Pérsio Glória de Paula  
Tito Lívio Barcellos

## **CAPA E LAYOUT:**

Guilherme Geremias da Conceição  
Maria Eduarda Carvalho de Araujo

## **DIAGRAMAÇÃO:**

Guilherme Geremias da Conceição

## **REVISÃO:**

Ana Livia Ayres Cardoso  
Getúlio Alves de Almeida Neto

O conteúdo publicado no boletim trimestral *Eurásia em Foco* é de responsabilidade dos autores e não representa necessariamente a visão do Centro de Investigação em Rússia, Eurásia e Espaço Pós-Soviético (CIRE), do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) e de suas instituições associadas.

© 2025. Centro de Investigação em Rússia, Eurásia e Espaço Pós-Soviético (CIRE). Todos os direitos reservados.

## **CONTATO:**

Praça da Sé, N° 108, 3° Andar  
CEP: 01001-900  
São Paulo, SP, Brasil  
Fone: + 55 (11) 3116-1770  
E-mail: [cire.ppgstd@gmail.com](mailto:cire.ppgstd@gmail.com)

## **REDES SOCIAIS:**

Instagram: [@cire\\_gedes](https://www.instagram.com/cire_gedes)  
X: [@cire\\_gedes](https://twitter.com/cire_gedes)  
Site oficial: <https://gedes-unesp.org/cire/>

## **SOBRE O EURÁSIA EM FOCO**

O *Eurásia em Foco* é uma publicação trimestral criada pelo Centro de Investigação em Rússia, Eurásia e Espaço Pós-Soviético (CIRE). Como uma plataforma periódica em formato de boletim, seus objetivos incluem fomentar o entendimento multidimensional da Rússia e da Eurásia, oferecer panoramas informativos e breves análises críticas sobre os processos políticos, sociais, culturais e internacionais referentes à região. O *Eurásia em Foco* é um projeto que se orienta para acadêmicos, formuladores de políticas e interessados na dinâmica eurasiática. A iniciativa busca, dessa forma, consolidar-se como referência para discussões que articulem rigor acadêmico, disseminação do conhecimento, incentivo à reflexão e ao debate acerca das complexidades que permeiam o escopo geográfico de estudo e pesquisa do CIRE.



# SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>EDITORIAL</b>	<b>9</b>
	<i>Getúlio Alves de Almeida Neto</i>	
<b>2</b>	<b>PANORAMA DE NOTÍCIAS</b>	<b>11</b>
	Repúblicas centro-asiáticas reafirmam a posição de <i>hub</i> logístico do “ <i>Novo Mundo</i> ”	<b>12</b>
	<i>Guilherme Geremias da Conceição</i>	
	Aumentam as tensões entre Lituânia e Belarus	<b>14</b>
	<i>Maria Eduarda Carvalho de Araujo</i>	
	Entre Ocidente e Oriente, Armênia e Azerbaijão reavaliam suas alianças	<b>17</b>
	<i>Danielle Makio</i>	
	Um mundo Multipolar Russo? Moscou amplia parcerias com atores extrarregionais	<b>19</b>
	<i>Getúlio A. de Almeida Neto</i>	
	Atuação estadunidense na reconfiguração do conflito entre Rússia e Ucrânia	<b>21</b>
	<i>Ana Livia Ayres Cardoso</i>	
	Novas dinâmicas em curso? <i>Guilherme Conceição, Maria Eduarda de Araújo, Danielle Makio, Getúlio Neto &amp; Ana Livia Cardoso</i>	<b>23</b>
<b>3</b>	<b>ANÁLISES ESPECIAIS</b>	<b>29</b>
	O papel dos drones na Guerra da Ucrânia: implicações atuais e futuras para o campo de batalha	<b>30</b>
	<i>Getúlio A. de Almeida Neto</i>	
	As Zonas de Segurança e a Estratégia de Atrito russa na Ucrânia	<b>33</b>
	<i>Pérsio Glória de Paula &amp; Tito Lívio Barcellos Pereira</i>	
<b>4</b>	<b>ARTIGOS</b>	<b>39</b>
	Hidropolítica e Securitização: a água enquanto vetor regional de segurança na Ásia Central	<b>40</b>
	<i>Guilherme G. Conceição &amp; Taynara Martins Batista</i>	
	<b>SOBRE O CIRE</b>	<b>57</b>

Егер сен өз біліміңе сенбесең, өзгелер оны бағалар деп ойлама. Егер өз біліміңді қадірлемесең, басқалардың мойындайтынына қалай үміттенесің?

*Se o seu conhecimento não o convence, não pense que outra pessoa o apreciará.  
Se você não valoriza o seu conhecimento, como pode esperar que os outros o reconheçam?*

Abai Qūnanbaiūly, poeta cazaque

# 1 EDITORIAL

Getúlio Alves de Almeida Neto

São Paulo, Julho de 2025

Na segunda edição do *Boletim Eurásia em Foco*, nós, pesquisadores do Centro de Investigação em Rússia, Eurásia e Espaço Pós-Soviético (CIRE), continuamos com o objetivo principal de trazer ao leitor, de forma acessível, concisa e crítica, as análises dos desenvolvimentos de ordem geopolítica, econômica, e estratégica dos países e regiões que compõem o escopo de análise do grupo. Como destacado já em nossa primeira edição, o *Eurásia em Foco* tem como intuito proporcionar uma visão autônoma e crítica, feita a partir de um olhar acadêmico brasileiro sobre os desdobramentos no tempo de um sistema internacional em transição. Aqui, ressaltamos que o chamado espaço Eurasiático é um dos principais palcos de transformações nas relações internacionais contemporâneas, e que, conseqüentemente, torna-se suscetível a crescentes processos de desestabilização regional, trazendo a necessidade de atenção à ordem política regional.

Nesta edição, o leitor irá encontrar, primeiramente, um panorama das notícias mais relevantes do último trimestre (abril, maio e junho) das cinco regiões englobadas pelo escopo de análise dos pesquisadores do CIRE. Assim, Guilherme Conceição reúne os destaques desse período na *Ásia Central*, no qual podemos perceber o balanço estratégico da política externa dos países da região, que procuram se aproximar da União Europeia e da China, ao mesmo tempo em que continuam a manter laços institucionais e econômicos relevantes com a Rússia. As notícias dos *Países Bálticos*, por sua vez, foram compiladas pela pesquisadora Maria Eduarda, que destaca o fortalecimento de um processo de securitização de políticas da região como resposta à percepção de ameaças vindas da Rússia e Belarus, e o aprofundamento dos laços com União Europeia e OTAN.

Danielle Makio nos traz as notícias referente ao *Cáucaso*, que nos revelam uma intensificação das disputas geopolíticas regionais e reconfiguração das alianças, nos quais Azerbaijão e Armênia se reposicionam em relação aos interesses das potências externas, nomeadamente Rússia, Irã, China, União Europeia e Estados Unidos. Em relação à *Federação Russa*, Getúlio Neto evidencia a continuidade da política externa russa desde a invasão à Ucrânia, que estreita suas relações com países que também estão alijados das relações com os ditos países ocidentais, como Irã e Coreia do Norte, e fortalece o discurso em defesa de uma nova ordem internacional baseada na multipolaridade do sistema. Por fim, Ana Livia Ayres aborda questões centrais das *Repúblicas Ocidentais* e o papel dos Estados

Unidos na região, como visto no acordo econômico com a Ucrânia e no encontro entre Lukashenko, Presidente de Belarus, com Keith Kellogg, representante de Washington na região.

Na segunda seção do *Eurásia em Foco*, o leitor encontra duas análises de conjuntura sobre questões referentes ao conflito na Ucrânia. Enquanto Getúlio Neto destaca o papel dos drones na guerra e suas implicações para o futuro do campo de batalha, Pérsio Glória e Tito Lívio abordam a estratégia russa de atrito prolongado e a implementação de zonas de segurança nas regiões fronteiriças com a Ucrânia segundo a lógica de sua estratégia.

Por fim, a terceira seção desta edição traz o artigo co-escrito entre Guilherme Conceição e Taynara Batista, intitulado "*Hidropolítica e Securitização: a água enquanto vetor regional de estabilidade na Ásia Central*", no qual os autores analisam como a água passou a ser utilizada como um bem estratégico nas dinâmicas políticas entre os países centro-asiáticos em razão da escassez de recursos e da herança da gestão soviética neste domínio.

Nós, pesquisadores do CIRE, consideramos esta segunda edição como mais um passo rumo à consolidação de nossa rede de pesquisa e da produção acadêmica do grupo. Em relação à primeira edição, trouxemos como principal alteração uma página posterior à coletânea de notícias, no qual apresentamos a articulação dessas notícias em cada região. Além disso, incorporamos o primeiro texto em formato de artigo. Para as próximas edições, continuaremos aprimorando o formato do *Eurásia em Foco*, expandindo as seções, incorporando a contribuição de outros pesquisadores, convidados, e demais seções que darão maior robustez e qualidade a nossa publicação.

Agradecemos a participação dos pesquisadores e demais colaboradores que viabilizam o projeto, e aos leitores. Convidamos a todos ao engajamento e à leitura crítica de nosso trabalho para que possamos aprofundar nossas análises e nos consolidar enquanto um grupo de pesquisa de produção de alta qualidade sobre a região da Eurásia e o chamado Espaço Pós-Soviético de destaque na academia brasileira.

*Boa leitura a todos.*

*Atenciosamente,*  
*Comissão Editorial do Boletim Eurásia em Foco,*  
*publicação trimestral do CIRE*



#### CONHEÇA O EDITOR DESTE NÚMERO

Getúlio A. de Almeida Neto é doutorando e mestre em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação "San Tiago Dantas" (UNESP/UNICAMP/PUC-SP), pesquisador e membro-fundador do CIRE. Também é bolsista FAPESP e possui pesquisas na área de Defesa e Segurança, com enfoque na reestruturação militar russa pós-soviética e na política para o Ártico. Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP).

# 2 PANORAMA DE NOTÍCIAS



RÚSSIA E GUERRA NA UCRÂNIA

CÁUCASO ENTRE LESTE-OESTE

RELAÇÕES LITUÂNIA-BELARUS

CONEXÕES NA ÁSIA CENTRAL

**ÁSIA CENTRAL****REPÚBLICAS CENTRO-ASIÁTICAS REAFIRMAM A POSIÇÃO DE HUB LOGÍSTICO DO “NOVO MUNDO”**

*Guilherme Geremias da Conceição*

**Cúpula União Europeia-Ásia Central:  
entre investimentos e a ofensiva diplomáticas [1]**

A realização da primeira Cúpula UE-Ásia Central, em abril de 2025, em Samarkand, Uzbequistão, marcou um novo capítulo no aprofundamento das relações entre a União Europeia (UE) e os cinco países centro-asiáticos (Cazaquistão, Uzbequistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Turcomenistão). O evento, que contou com a presença de líderes europeus como António Costa e Ursula von der Leyen, formalizou uma parceria estratégica em áreas como energia sustentável, digitalização, infraestrutura e matérias-primas críticas. A UE anunciou um pacote de investimentos de mais de 13 bilhões de dólares para a região - um gesto que simboliza o esforço europeu de ampliar sua presença econômica e política em uma área tradicionalmente sob influência russa.

Entretanto, essa iniciativa não é isolada. Desde o início da guerra na Ucrânia, em 2022, tanto a UE quanto os Estados Unidos (EUA) intensificaram sua presença diplomática e econômica na Ásia Central, que passou a ser vista como um ponto sensível da Rússia no flanco sul. A ofensiva ocidental visa duplamente: conter os mecanismos de importações paralelas que abastecem a economia russa e redesenhar os fluxos de energia e comércio via “Corredor do Meio”, deslocando-os da esfera de influência de Moscou. Ao longo de 2023 e 2024, multiplicaram-se os fóruns econômicos, visitas de alto escalão e pacotes de financiamento voltados à região. O bloco europeu também promoveu eventos como o Fórum Econômico UE-Ásia Central, enquanto os EUA retomaram com vigor o formato C5+1, intensificando visitas do Departamento de Estado e ampliando a atuação de agências como a USAID.

*São Paulo, abril de 2025*

**Fórum China-Ásia Central é realizado em Astana [2]**

O Fórum de Cooperação Midiática China-Ásia Central 2025, realizado em Astana (Cazaquistão), reuniu mais de 200 representantes da mídia, acadêmicos e autoridades para promover a cooperação entre veículos de comunicação da China e dos países centro-asiáticos. O encontro destacou a importância das trocas midiáticas para fortalecer os laços entre os povos, combater a desinformação

e construir uma comunidade sino-centro-asiática com futuro compartilhado. O presidente cazaque, Kassym-Jomart Tokayev, se dirigiu ao fórum com uma mensagem reafirmando o valor estratégico da parceria com Pequim, enquanto autoridades como o embaixador Han Chunlin e o secretário-geral do Mecanismo China-Ásia Central, Sun Weidong, ressaltaram o papel da mídia na promoção da justiça internacional, soberania e estabilidade em um mundo cada vez mais instável.

Na ocasião, a mídia foi apontada como instrumento essencial para difundir narrativas comuns, enfrentar o hegemonismo e fomentar o entendimento intercultural. Representantes centro-asiáticos enfatizaram o interesse crescente dos jovens em aprender mais sobre a China e defenderam o fortalecimento da colaboração jornalística e da cobertura de projetos conjuntos. O fórum também apresentou imagens e materiais sobre os resultados concretos da cooperação regional em energia, infraestrutura, cultura e língua, e destacou o papel da *Belt and Road News Alliance* (BRNA), que já reúne 292 veículos de 114 países - 29 deles da Ásia Central - como principal plataforma de articulação midiática no âmbito da Iniciativa.

*São Paulo, maio de 2025*

### China-Ásia Central-Irã, a ferrovia

que traça novos caminhos para cooperação [3] [4]

A consolidação da parceria entre Pequim e os países da Ásia Central ganhou novo fôlego com a realização da segunda Cúpula China-Ásia Central, em Astana. Na ocasião, foi assinado o Tratado de Boa Vizinhaça, Amizade e Cooperação Eterna, e anunciado um novo pacote de aportes financeiros para projetos sociais e de segurança. A iniciativa, porém, segue na esteira da celebração do corredor ferroviário China-Irã, que já conecta Xi'an a Teerã em apenas 15 dias. A conexão férrea, que também passa pelos países centro-asiáticos, representa um salto qualitativo na construção de uma nova malha geopolítica e econômica na Eurásia, centrada na infraestrutura, na soberania regional e na contestação à ordem liderada pelo Ocidente.

Iniciado em 2024, o corredor vem transformando o mapa do comércio euroasiático ao oferecer uma rota terrestre alternativa mais rápida, eficiente e fora do alcance dos gargalos marítimos controlados pelos EUA. A ferrovia também tem impacto direto na facilitação das exportações chinesas e na circulação de petróleo iraniano, além de representar uma “artéria de independência” para Teerã, desde 2023 participante da Organização para Cooperação de Xangai (OCX), diante das sanções e contenções impostas por Washington. Tal fortalecimento institucional sino-centro-asiático e a integração logística com o Irã são expressões concretas da estratégia chinesa de promover uma conectividade continental autônoma, que integra infraestrutura, comércio, segurança e tecnologia sob a lógica da Iniciativa do Cinturão e Rota (BRI).

*São Paulo, junho de 2025*

**REPÚBLICAS BÁLTICAS****AUMENTAM AS TENSÕES ENTRE LITUÂNIA E BELARUS***Maria Eduarda Carvalho de Araujo*

Lituânia leva Belarus à Corte Internacional de Justiça (CIJ)  
por suposta instrumentalização da migração irregular

No dia 19 de maio de 2025, a Lituânia apresentou um processo contra Belarus [5] na Corte Internacional de Justiça, alegando que o país violou suas obrigações previstas no Protocolo contra o Tráfico Ilícito de Migrantes por Terra, Mar e Ar [6], instrumento adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional [7]. Segundo a acusação, Belarus teria facilitado e apoiado o tráfico ilegal de migrantes em larga escala rumo à sua fronteira, ao não implementar medidas de controle eficazes, recusar cooperação com as autoridades lituanas e negligenciar a proteção dos direitos dos migrantes e na oferta de assistência humanitária adequada. Essa iniciativa judicial se insere em um contexto de crescentes tensões entre os dois países desde 2021, quando observou-se um aumento nas tentativas de travessia irregular na fronteira oriental da União Europeia, ainda que em proporção inferior a outras rotas, como da África Ocidental e do Mediterrâneo, de acordo com os dados disponibilizados pela Frontex [8].

Durante a Comissão da ONU para a Prevenção do Crime em Viena [9], o diplomata bielorrusso Vadim Pakhomchik refutou as acusações de instrumentalização da migração, apontando que menos de 0,5% dos migrantes que entram na UE o fazem via Belarus, criticando o que chamou de duplo padrão europeu. Ele denunciou a construção de barreiras físicas como resposta ineficaz à complexidade da migração irregular e defendeu a retomada da cooperação técnica com os países vizinhos. O diplomata também destacou a realização da Conferência Internacional em Minsk, em novembro de 2024, como uma iniciativa concreta para fortalecer a resposta regional, apesar da ausência de países como a Polônia. Segundo ele, a recusa ao diálogo e o uso político das acusações [10] comprometem os esforços multilaterais para uma governança migratória centrada na dignidade humana.

*São Paulo, maio de 2025***Lituânia escolhe o Embraer C-390 Millennium como novo cargueiro militar**

Em 19 de junho de 2025, o Ministério da Defesa Nacional da Lituânia [11] anunciou a escolha do Embraer C-390 *Millennium* como sua próxima aeronave de transporte militar, iniciando negociações [12] com a empresa brasileira para a aquisição. De acordo com a imprensa local, espera-se a compra de três unidades [13], número equivalente à frota atual de C-27J *Spartan* em operação no país. A decisão ocorreu após análise de propostas de três fabricantes e priorizou critérios

como desempenho operacional, eficiência ecológica e econômica, cronograma de entrega e cooperação industrial com instituições lituanas. O C-390 destacou-se por seu baixo consumo de combustível, menor poluição sonora e compatibilidade com operações civis e militares.

A aquisição do cargueiro da Embraer visa reforçar a capacidade da Força Aérea Lituana, promovendo interoperabilidade com parceiros da OTAN. Essa compra responde a uma crescente demanda por transporte estratégico no flanco leste da Aliança, especialmente em meio a um cenário de redução do envolvimento dos EUA na defesa coletiva europeia. Além disso, de acordo com a ministra da Defesa, Dovile Šakaliene, a Lituânia não está apenas adquirindo uma aeronave, mas capacidade estratégica de transporte aéreo pesado, algo escasso entre aliados europeus da OTAN [14]. O cargueiro permitirá missões mais rápidas, econômicas e com maior alcance, fortalecendo a capacidade dissuasiva da Aliança. A aquisição será acompanhada de exercícios conjuntos [15] e manutenção cruzada entre os aliados, em linha com o objetivo de fortalecer a prontidão e a integração de defesa regional.

*São Paulo, junho de 2025*

### Restrições contra cidadãos russos e bielorrussos na compra de imóveis se restringem somente aos Bálticos?

Em 19 de junho de 2025, o parlamento da Letônia [16] aprovou uma lei que proíbe cidadãos [17] da Rússia e de Belarus, bem como empresas com ao menos 25% de participação destes países, de adquirir propriedades no país, incluindo heranças e doações. A lei prevê exceções para residentes permanentes da UE, refugiados e repatriados. Esse tipo de restrição, entretanto, não se restringe à Letônia. Outros países bálticos e nórdicos têm adotado medidas semelhantes, sob o argumento de conter ameaças híbridas, sobretudo após a guerra na Ucrânia. A Lituânia [18] aprovou uma medida semelhante em 2023, que se estende até maio de 2026 [19]. Na Estônia, discussões nesse âmbito iniciaram ainda em 2022, já que muitos russos compram propriedades no país devido à proximidade geográfica. Em resposta, foram aplicadas restrições de trânsito e vistos [20], o que gerou dificuldades na administração destas propriedades. Na Finlândia [21], em abril deste ano, foi anunciada uma lei que autoriza o Ministério da Defesa a bloquear transações imobiliárias que envolvam cidadãos de países considerados ameaçadores à segurança nacional. A lei entrou em vigor em 15 de julho de 2025, mas sua formulação foi iniciada há quase dois anos [23], de acordo com Antti Edvard Häkkinen, ministro da defesa finlandês. Na Noruega, medidas deste caráter também estão sendo consideradas, uma vez que as autoridades norueguesas têm identificado uma tendência de entidades ligadas ao Kremlin adquirirem imóveis próximos às infraestruturas críticas e bases militares [24].

Em todos estes países, Rússia e Belarus são os principais alvos das restrições e discussões legislativas, que buscam limitar o impacto de formas indiretas de influência externa hostil destes países, o que inclui compra de imóveis. Essas

políticas fazem parte de um conjunto mais amplo de ações de segurança nacional adotadas desde o início da guerra na Ucrânia em 2022. Outros exemplos são: o fechamento de fronteiras por parte da Finlândia [24], Lituânia [25] e da Letônia [26], medidas que estão sendo consideradas pela Noruega [27] e Estônia [28]; a decisão do parlamento da Estônia, em março de 2025, de proibir que a minoria russa e outros habitantes de fora da UE [29] votem nas eleições locais, retirando-lhes o poder de participação política; a retirada de tratados e acordos internacionais de proteção humanitária, como a Convenção sobre Munições de Fragmentação [30], abandonada pela Lituânia [31] (março de 2025) e a saída da Letônia [32] (abril de 2025), Lituânia [33] (maio de 2025), Estônia [34] (junho de 2025) e Finlândia [35] (junho de 2025) do Tratado de Proibição de Minas Terrestres [36]. Essas medidas, embora apresentadas como reforço à defesa nacional em resposta à ameaça russa, colocam em risco princípios fundamentais do direito internacional humanitário, excluindo parte de sua população do exercício da cidadania e expondo toda a população civil a perigos irreparáveis, no caso das minas terrestres e munições de fragmentação.

*São Paulo, junho de 2025*



**CÁUCASO****ENTRE OCIDENTE E ORIENTE, ARMÊNIA E AZERBAIJÃO  
REAVALIAM SUAS ALIANÇAS***Danielle Makio***Bruxelas recalibra estratégia para o Cáucaso [37]**

Em maio de 2025, aconteceu a sexta rodada do Diálogo de Segurança União Europeia-Azerbaijão, evento sediado em Bruxelas pelo Serviço Europeu para a Ação Externa. A série de reuniões aponta para um processo de reavaliação da posição da UE junto ao Cáucaso, uma tendência que vem sendo progressivamente aprofundada por Kaja Kallas desde o início de seu mandato junto ao Parlamento Europeu em 2024. Em um contexto em que a comunidade europeia vem buscando maior autonomia energética e estabilidade regional, o Cáucaso emerge como um espaço estratégico, sobretudo em razão de sua localização e reservas de recursos naturais. A recalibragem da postura europeia ocorre após um período de relações tensas, marcado, por um lado, pela histórica proximidade entre a Armênia e a Rússia, e, por outro, pelos impasses envolvendo a candidatura da Geórgia à UE – agravados recentemente pelos debates em torno da chamada “lei dos agentes estrangeiros” [38]. Soma-se a isso o desgaste nas relações com o Azerbaijão, intensificado pelas críticas do Parlamento Europeu à sua atuação no conflito [39] de Nagorno-Karabakh (República de Artsakh).

Nesse cenário, embora a UE tente redesenhar sua política externa para incluir os três países da região (a saber, Geórgia, Armênia e Azerbaijão), o Azerbaijão vem se consolidando como ator prioritário diante das dificuldades de Bruxelas em estabilizar relações de confiança duradouras com Yerevan e Tbilisi. Esse processo de reformulação diplomática, contudo, não é isento de tensões internas, refletidas sobretudo nas divergências entre Estados-membros quanto à alocação de recursos do *European Peace Facility*, instrumento cuja distribuição desigual de ajuda militar tem gerado embates sobre o princípio do equilíbrio regional.

*São Paulo, maio de 2025***Relações fortalecidas entre Irã e Armênia [40]**

N A participação do vice-ministro das Relações Exteriores do Irã, Saeed Khatibzadeh, no *Yerevan Dialogue* [41] de 2025, fórum internacional promovido pela Armênia, evidenciou uma reformulação da postura iraniana no Cáucaso do Sul, a qual agora se direciona em particular à defesa da integridade territorial dos

Estados e à promoção de conectividade regional inclusiva. Khatibzadeh ressaltou a importância geopolítica da relação Irã–Armênia, em particular no contexto do projeto *Crossroads of Peace*, proposto por Yerevan, que visa conectar o Mar Negro ao Golfo Pérsico. O Irã ainda reafirmou sua oposição a qualquer modificação unilateral das fronteiras regionais, como a criação do polêmico “Corredor de Zangezur” [42], defendido pelo Azerbaijão, argumentando que tais iniciativas comprometem a soberania da Armênia e violam princípios do direito internacional. Como alternativa, Teerã propôs o Corredor de Araz, uma rota que atravessa seu próprio território, construída em cooperação com Baku, com o intuito de manter boas relações com o governo azeri, preservar a estabilidade regional e evitar intervenções militares.

A abordagem iraniana combina pragmatismo econômico e cautela geoestratégica. Para Teerã, a Armênia representa um elo essencial com a União Econômica Eurasiática, sendo, portanto, uma importante via de acesso ao mercado euroasiático, hoje muito visado pelo Irã em particular em virtude das sanções impostas sobre o país. A intensificação das relações bilaterais entre os Estados — evidenciada pela abertura de um centro de comércio iraniano em Yerevan e pela realização de exercícios militares conjuntos na fronteira de Norduz–Agarak — reforça a centralidade da parceria para os interesses iranianos. Ao mesmo tempo, o Irã tenta manter um equilíbrio diplomático com o Azerbaijão, inclusive por meio de manobras militares conjuntas, buscando não se alinhar de forma automática a nenhuma das partes. Diante da crescente busca por maior presença regional por parte dos EUA e da retórica revisionista de Baku, o Irã sinaliza que vê a paz do Cáucaso não como uma opção, mas como uma condição para a proteção de seus corredores estratégicos e para a manutenção da ordem geopolítica local e regional.

*São Paulo, maio de 2025*

### [Ataques israelenses ao Irã surtem efeito na Armênia \[43\]](#)

Durante o mês de junho, o cruzamento fronteiro de Agarak, entre Irã e Armênia, foi palco de um fluxo crescente de civis que fugiam do conflito armado entre Israel e Irã, iniciado em 13 de junho de 2025. Relatos indicaram medo generalizado, colapso da normalidade cotidiana e longas jornadas de fuga, sobretudo a partir de Teerã. Muitos dos que cruzaram a fronteira possuíam cidadania estrangeira e buscavam refúgio temporário ou retorno a seus países de residência. Nesse contexto, a escalada militar e as declarações políticas polarizadas refletiram a gravidade da crise e o risco de instabilidade regional prolongada.

*São Paulo, junho de 2025*

**FEDERAÇÃO RUSSA**

## UM MUNDO MULTIPOLAR RUSSO? MOSCOU AMPLIA PARCERIAS COM ATORES EXTRARREGIONAIS

*Getúlio Alves de Almeida Neto*

### Putin assina lei ratificando o Acordo e Aliança Estratégica entre Rússia e Irã [44] [45]

Em 21 de abril, Vladimir Putin ratificou o Acordo de Aliança Estratégica assinado em janeiro com as autoridades do Irã, após aprovação no legislativo russo na semana anterior à ratificação. O acordo prevê o fortalecimento das relações bilaterais nos próximos 20 anos e se insere em um contexto de movimentações sistêmicas no cenário internacional que incentivam a aproximação entre Moscou e Teerã em decorrência das sanções econômicas enfrentadas pelos dois países, sobretudo desde a Guerra da Ucrânia.

Com o acordo, os dois países buscam suplementar o crescimento das relações comerciais com laços cooperativos em temas de segurança e defesa; integração econômica e financeira; cooperação científica, educacional e cultural; transporte e infraestrutura; colaboração em energia nuclear; e coordenação diplomática e geopolítica. Contudo, a crescente aproximação entre os dois países não significa alinhamento direto e é cercada de divergências estruturais que limitam as possibilidades de ainda maior aprofundamento. Como exemplo, pôde-se ver o posicionamento brando russo, ainda que crítico, aos ataques de Israel e Estados Unidos em território iraniano.

*São Paulo, abril de 2025*

### Fórum Econômico Internacional de São Petersburgo tem foco em ‘mundo multipolar’

A 28ª edição do Fórum Econômico Internacional de São Petersburgo, principal evento de negócios e investimentos da Rússia, aconteceu entre os dias 18 e 20 de junho. Neste ano, cerca de 20.000 convidados de 120 países participaram do evento conhecido como “Davos russo”. Como fica claro no tema central do Fórum “Valores Compartilhados: a Base do Crescimento num Mundo Multipolar”, o evento teve como foco a promoção de novos negócios que concretizem os esforços de construção de um mundo multipolar segundo a visão russa. Conforme Putin afirmou, os temas principais da conferência envolveram “transformação tecnológica e digital como elementos principais de liderança no mundo moderno”,

entre outros temas em relação ao trabalho e desenvolvimento social.

Desde 2022, o Fórum tem contado com a participação reduzida de líderes empresariais e investidores ocidentais. No entanto, a edição de 2025 contou com o painel “Rússia-EUA”, no qual empresários estadunidenses discutiram o engajamento atual no comércio entre os dois países a despeito das divergências em relação à Ucrânia. Além disso, o evento também contou com a presença de oficiais de governo de 50 países, entre eles o presidente da Indonésia, Prabowo Subianto.

*São Paulo, junho de 2025*

### Rússia e Coreia do Norte continuam a intensificar relações

Rússia e Coreia do Norte intensificaram sua cooperação bilateral com a retomada, em junho, da maior rota ferroviária do mundo, conectando Pyongyang a Moscou em uma viagem de oito dias. O trem passará a operar duas vezes por mês, após a interrupção em 2020. Em paralelo, Sergei Shoigu, Chefe do Conselho de Segurança da Rússia, anunciou o envio de 6 mil militares norte-coreanos para auxiliar na reconstrução da região russa de Kursk. A iniciativa marca um avanço na participação norte-coreana no contexto da guerra, após o envio de soldados para combate, e ilustra o aprofundamento da aliança entre os dois governos.

As duas notícias se inserem num contexto marcado pelo estreitamento das relações entre Rússia e Coreia do Norte, que estão em seu maior nível histórico desde a assinatura do Acordo de Parceria Estratégica entre os dois países em junho de 2024, que aprofunda a cooperação em defesa e possibilita a assistência militar mútua.

*São Paulo, junho de 2025*



## REPÚBLICAS OCIDENTAIS

ATUAÇÃO ESTADUNIDENSE NA RECONFIGURAÇÃO DO  
CONFLITO ENTRE RÚSSIA E UCRÂNIA*Ana Livia Ayres Cardoso***Após pressões, Ucrânia e Estados Unidos assinam  
acordo econômico para exploração de recursos naturais [46]**

Em abril, Washington e Kiev assinaram um acordo econômico para exploração das “terras raras”, em referência às regiões ricas em recursos naturais localizadas na Ucrânia. O compromisso foi resultado de pressões de Trump à Ucrânia que ocorreram desde fevereiro de 2025. Segundo o presidente estadunidense, esse seria um meio de a Ucrânia reembolsar a assistência bélica e financeira fornecida pelos EUA durante o conflito.

Os recursos visados por Washington são considerados geopoliticamente estratégicos e incluem minerais, petróleo e gás natural. Dentre os minerais, um dos mais importantes são o titânio e o urânio, que servem como matéria para fabricação de peças de aviação e aeroespaciais, armamentos e equipamentos médicos, revelando a natureza estratégica desses recursos. O acordo, com duração de dez anos, menciona a criação de um fundo conjunto entre os países para financiar a reconstrução ucraniana e pretende promover a atração de investimentos globais.

O governo ucraniano submeteu o texto do acordo a ajustes, com o objetivo de tornar o tratado mais justo, já que a proposta inicial favorecia mais os interesses estadunidenses. O fundo conjunto, entre Ucrânia e Estados Unidos, será constituído por meio de lucros e royalties recebidos por Kiev a partir do fornecimento de novas autorizações para a exploração das terras raras. No caso da compensação pela ajuda militar estadunidense, só serão contabilizadas na cota dos Estados Unidos as assistências concedidas após a assinatura.

*São Paulo, abril de 2025***“Teia de Aranha”: Ucrânia realiza  
ataque de maior alcance contra bases russas [47]**

Operação “Teia de Aranha” da Ucrânia é classificada como sua operação de maior alcance. O objetivo era destruir aeronaves russas empregadas no conflito, das quais cerca de 41 foram atingidas, incluindo modelos estratégicos que não são mais fabricados pelos russos. O Ministério da Defesa da Rússia declarou que várias das aeronaves foram incendiadas após o ataque que atingiu as bases de

Murmansk e Irkutsk. Dentre os modelos danificados, destacam-se o *Tu-95MS* e *Tu-22M3*, que representam ameaça à Ucrânia, visto que esses armamentos russos só podem ser abatidos com mísseis Patriot ou SAMP-T, esgotados em maio. O ataque foi preparado mais de um ano antes e foram instalados em estruturas de madeira com tetos que possuíam abertura de forma remota para o lançamento dos drones. Foram utilizados 117 drones, atingindo bases como as de Olenya, localizada a 1.900 km, e Belaya, a 4.300 km da Ucrânia.

A principal consequência é simbólica: segundo a professora Katarzyna Zysk, da Academia de Defesa da Noruega, entrevistada pelo *The Moscow Times*, apenas demonstrações de força podem fazer Moscou levar a sério as negociações com Kiev. Além disso, o professor Dan Lomas, da Universidade de Nottingham, declarou ao *The Moscow Times* que os ataques são uma forma também de implantar sentimentos de paranoia e insegurança nas instituições russas de segurança, destacando o aspecto psicológico envolvido no ataque.

*São Paulo, junho de 2025*

### Lukashenko, presidente de Belarus, se reúne com representante dos Estados Unidos [48]

Alexander Lukashenko se encontrou com Keith Kellogg, enviado especial dos Estados Unidos, no dia 21 de junho de 2025. O principal tópico de debate foi a política mundial e relações bilaterais entre Belarus e Estados Unidos. Ademais, a visita foi encarada como passo para o impulsionamento das negociações de paz para o fim da guerra entre Rússia e Ucrânia. Essa percepção de que a visita possa colaborar com negociações deve-se, sobretudo, à relação de aliança estabelecida entre Belarus e Rússia e ao papel que Lukashenko buscou assumir em março de 2022, promovendo encontro entre delegações russas e ucranianas como um esforço em colaborar para o fim do conflito.

*São Paulo, junho de 2025*



**SÍNTESE DO TRIMESTRE**

## NOVAS DINÂMICAS EM CURSO?

*Guilherme Conceição**Maria Eduarda de Araújo**Danielle Makio**Getúlio Neto**Ana Livia Cardoso*

O segundo trimestre de 2025 contou com essas notícias que retratam processos de continuidade e de diferentes níveis de transformação na geopolítica da região do espaço pós-soviético. Em meio a conflitos que perduram, identificam-se padrões distintos de busca por projeção na região, sobretudo de atores como China, Estados Unidos, União Europeia e a própria Rússia. Ainda, consolidam-se novas dinâmicas diplomáticas e de segurança que destacam a disputa estratégica por recursos e vantagens logísticas. Nesse sentido, essa seção do boletim tem como objetivo apresentar um apanhado geral desses acontecimentos em cada uma das regiões.

Na Ásia Central, a crescente atenção internacional revela um novo capítulo geopolítico para a região desde o pós-Guerra Fria. A Cúpula de Samarkand, articulada pela UE, ilustra bem esse movimento, buscando atrair os países centro-asiáticos com promessas de investimento, conectividade e soft power, enquanto pressões simultâneas exigem o seu distanciamento da Rússia. No entanto, os vínculos herdados da era soviética, especialmente em segurança, energia e logística (como ocorre no âmbito da EAEU e CSTO), fazem com que a presença russa nas cadeias de escoamento e nos acordos regionais permaneça robusta. Mais do que isso, o Ocidente evita aumentar a tensão local por temer que tais governos busquem uma aproximação pragmática com Pequim, que também disputa influência na região, hoje, uma realidade incontestável. Os recentes encontros entre lideranças centro-asiáticas e chinesas, além do projeto ferroviário que conecta China e Irã, vêm demonstrando a capacidade de Pequim em contornar gargalos marítimos controlados pelos EUA, como o Estreito de Malaca, e oferecer alternativas mais econômicas e seguras frente às rotas tradicionais, no âmbito da Iniciativa do Cinturão e Rota (BRI).

Nos países bálticos, observa-se o endurecimento de políticas excepcionais frente às percepções de ameaça relacionadas à Rússia e a Belarus, um processo em andamento, impulsionado pela guerra na Ucrânia. Ainda que os temas abordados neste trimestre possam parecer distintos, abrangendo desde questões migratórias até a escolha de um cargueiro militar e restrições à aquisição de propriedades, todos

se articulam em torno de um mesmo objetivo: reforçar a segurança nacional, limitar qualquer possibilidade de influência estrangeira hostil e fortalecer o alinhamento com a OTAN e a União Europeia. Assim, é visto um processo de securitização do espaço báltico, expressado por uma preocupação consistente desde 2022, que se manifesta por meio da adoção de medidas excepcionais em nome da segurança nacional e da contenção de possíveis formas não convencionais de agressão, como a compra de imóveis, a migração instrumentalizada e a influência política de minorias russas no cenário nacional. Ainda que tais medidas sejam justificadas pela necessidade de defesa nacional, elas levantam preocupações quanto às implicações referentes ao aumento consistente da desconfiança e insegurança no espaço pós-soviético.

Na região do Cáucaso, os acontecimentos mais recentes revelam um reposicionamento estratégico mais amplo na região, marcado por uma intensificação de disputas geopolíticas e pela reconfiguração de alianças regionais em resposta à crescente volatilidade internacional. Por um lado, observa-se uma tentativa da UE de recalibrar sua política externa para a região priorizando o Azerbaijão como parceiro energético e geoestratégico. Essa ênfase reflete não apenas os interesses europeus em segurança energética e contenção de influências externas — como a da Rússia —, mas também as limitações internas do bloco em formular uma política coesa diante das divergências entre seus próprios membros. Por outro lado, o Irã tem reforçado seu vínculo com a Armênia como parte de uma estratégia voltada à contenção de redes de influência hostis (especialmente as israelenses e ocidentais) e à defesa de corredores logísticos sob sua jurisdição. Ao mesmo tempo, a política iraniana mantém uma lógica de equilíbrio frente ao Azerbaijão, evidenciando um pragmatismo diplomático guiado por imperativos geoeconômicos e pela necessidade de preservar estabilidade em um ambiente crescentemente pressionado por dinâmicas extrarregionais.

A estas dinâmicas, somam-se, ainda, (i) a tentativa estadunidense de se posicionar enquanto promotor de estabilidade política entre as nações locais; a (ii) dificuldade russa de manter influência na região; (iii) a expansão de iniciativas chinesas no âmbito da Iniciativa Cinturão e Rota sobre a região; e (iv) as crescentes iniciativas turcas de promoção de diálogo e de integração regionais. Juntas, essas tendências refletem como o Cáucaso vem se consolidando como um espaço de sobreposição entre agendas de segurança, energia e conectividade, no qual atores externos buscam projetar influência em meio a rivalidades históricas e rearranjos de poder.

No caso da Rússia, evidencia-se a continuidade da estratégia de política externa russa de fortalecimento das relações com países asiáticos, sobretudo China, Irã e Coreia do Norte. Apesar de não se tratar de um movimento necessariamente inédito, a tendência de aproximação entre Moscou e estes países se intensificou após o início da guerra na Ucrânia, como uma forma de encontrar soluções comerciais, econômicas, políticas, diplomáticas e militares para substituir os antigos laços com a Europa e Estados Unidos. Ademais, a defesa do governo russo por um novo mundo multipolar, assim como os outros eventos, está longe de ser uma novidade após a eclosão do conflito. Contudo, as consequências desde fevereiro de 2022 tornam o

discurso russo e a concretude e as relações intensificadas por Moscou com outros atores do sistema internacional em um possível caminho para a reconstrução do concerto global nas relações internacionais.

Já nas repúblicas ocidentais nota-se a tendência de instrumentalização do conflito entre Rússia e Ucrânia para obtenção de vantagens estratégicas. Referente ao acordo entre os governos estadunidense e ucraniano, este é apresentado como uma forma de “reembolso” à ajuda militar estadunidense, mas apresenta contrapartidas econômicas que beneficiam, sobretudo, os interesses de Washington. O caso da visita de Kellogg a Belarus pode ser compreendido como uma estratégia para criação de novos canais de negociação por meios diplomáticos com as repúblicas ocidentais. Na operação “Teia de Aranha”, observa-se uma atuação simbólica da Ucrânia, que pode influenciar em negociações de paz futuras com Moscou. Em todos os casos, podemos notar uma ação central dos Estados Unidos, seja por meio de atuação diplomática com Belarus ou pressões econômicas com a assinatura do acordo com a Ucrânia, ou de forma mais indireta, nos ataques com drone promovidos pela Ucrânia, uma vez que atuam com apoio militar, como no caso dos mísseis Patriot. Nesse sentido, percebe-se que o conflito está presente também nas esferas econômica e diplomática.

## FONTES

[1] COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. International Summit – 4 April 2025. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/en/meetings/international-summit/2025/04/04/>(<https://www.consilium.europa.eu/en/meetings/international-summit/2025/04/04/>). Acesso em: 21 ago. 2025.

[2] GLOBAL TIMES. China, Central Asia outline new cooperation at summit. 2025. Disponível em: <https://www.globaltimes.cn/page/202505/1335127.shtml>(<https://www.globaltimes.cn/page/202505/1335127.shtml>). Acesso em: 21 ago. 2025.

[3] IRANI NEWS. China-Iran Railway Project Accelerates: A Game Changer for Economic Collaboration. 2025. Disponível em: <https://iraninews.com/blog/china-iran-railway-project-accelerates-a-game-changer-for-economic-collaboration/>(<https://iraninews.com/blog/china-iran-railway-project-accelerates-a-game-changer-for-economic-collaboration/>). Acesso em: 21 ago. 2025.

[4] THE ASTANA TIMES. China, Central Asia sign treaty, outline new paths for cooperation. 2025. Disponível em: <https://astanatimes.com/2025/06/china-central-asia-sign-treaty-outline-new-paths-for-cooperation/>(<https://astanatimes.com/2025/06/china-central-asia-sign-treaty-outline-new-paths-for-cooperation/>). Acesso em: 21 ago. 2025.

[5] INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE (ICJ). Case 200 – Press Release, 19 May 2025. Disponível em: <https://www.icj-cij.org/sites/default/files/case-related/200/200-20250519-pre-01-00-en.pdf>(<https://www.icj-cij.org/sites/default/files/case-related/200/200-20250519-pre-01-00-en.pdf>). Acesso em: 21 ago. 2025.

[6] UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). Protocol against the Smuggling of Migrants by Land, Sea and Air. 2000. Disponível em: [https://www.unodc.org/documents/middleeastandnorthafrica/smuggling-migrants/SoM\\_Protocol\\_English.pdf](https://www.unodc.org/documents/middleeastandnorthafrica/smuggling-migrants/SoM_Protocol_English.pdf)([https://www.unodc.org/documents/middleeastandnorthafrica/smuggling-migrants/SoM\\_Protocol\\_English.pdf](https://www.unodc.org/documents/middleeastandnorthafrica/smuggling-migrants/SoM_Protocol_English.pdf)). Acesso em: 21 ago. 2025.

[7] UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). United Nations Convention against Transnational Organized Crime and the Protocols thereto. 2004. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/treaties/UNTOC/Publications/TOC%20Convention/TOCebook-e.pdf>(<https://www.unodc.org/documents/treaties/UNTOC/Publications/TOC%20Convention/TOCebook-e.pdf>). Acesso em: 21 ago. 2025.

[8] FRONTX. Irregular border crossings into EU drop sharply in 2024. 2025. Disponível em:

[https://www.frontex.europa.eu/media-centre/news/news-release/irregular-border-crossings-into-eu-drop-sharply-in-2024-oqpweX](https://www.frontex.europa.eu/media-centre/news/news-release/irregular-border-crossings-into-eu-drop-sharply-in-2024-oqpweX). Acesso em: 21 ago. 2025.

[9] SB.BY. Men'she poloviny protsenta ot vsekh migrantov pronikayut v ES cherez territoriyu Belarusi. 2025. Disponível em: [https://www.sb.by/articles/menshe-poloviny-protsenta-ot-vsekh-migrantov-pronikayut-v-es-cherez-territoriyu-belarusi.html](https://www.sb.by/articles/menshe-poloviny-protsenta-ot-vsekh-migrantov-pronikayut-v-es-cherez-territoriyu-belarusi.html). Acesso em: 21 ago. 2025.

[10] MLYN.BY. Belarus otrezhaet obvineniya v instrumentalizatsii migratsii. 2025. Disponível em: [https://mlyn.by/20052025/belarus-otvergla-obvineniya-v-instrumentalizaczi-migraczi/#:~:text=](https://mlyn.by/20052025/belarus-otvergla-obvineniya-v-instrumentalizaczi-migraczi/#:~:text=). Acesso em: 21 ago. 2025.

[11] MINISTRY OF NATIONAL DEFENSE OF LITHUANIA. Talks on acquisition of military cargo aircraft opened. 2025. Disponível em: [https://kam.lt/en/talks-on-acquisition-of-military-cargo-aircraft-opened/](https://kam.lt/en/talks-on-acquisition-of-military-cargo-aircraft-opened/). Acesso em: 21 ago. 2025.

[12] EMBRAER. Lituânia escolhe o C-390 Millennium da Embraer para fortalecer sua prontidão militar. 2025. Disponível em: [https://www.embraer.com/media-center/pt/?mediatype=Not%C3%A Dcias&detail=19747-Litu%C3%A2nia-escolhe-o-C-390-Millennium-da-Embraer-para-fortalecer-sua-prontid%C3%A3o-militar](https://www.embraer.com/media-center/pt/?mediatype=Not%C3%ADcias&detail=19747-Litu%C3%A2nia-escolhe-o-C-390-Millennium-da-Embraer-para-fortalecer-sua-prontid%C3%A3o-militar). Acesso em: 21 ago. 2025.

[13] LRT. Lietuva ketina isigyti tris braziliskus karinius transporto lektuvus. 2025. Disponível em: [https://www.lrt.lt/naujienos/lietuvoje/2/2593671/lietuva-ketina-isigyti-tris-braziliskus-karinius-transporto-lektuvus](https://www.lrt.lt/naujienos/lietuvoje/2/2593671/lietuva-ketina-isigyti-tris-braziliskus-karinius-transporto-lektuvus). Acesso em: 21 ago. 2025.

[14] MINISTRY OF NATIONAL DEFENSE OF LITHUANIA. Talks on acquisition of military cargo aircraft opened. 2025. Disponível em: [https://kam.lt/en/talks-on-acquisition-of-military-cargo-aircraft-opened/](https://kam.lt/en/talks-on-acquisition-of-military-cargo-aircraft-opened/). Acesso em: 21 ago. 2025.

[15] THE AVIATIONIST. Lithuania chooses Embraer C-390. 21 jun. 2025. Disponível em: [https://theaviationist.com/2025/06/21/lithuania-choses-embraer-c-390/](https://theaviationist.com/2025/06/21/lithuania-choses-embraer-c-390/). Acesso em: 21 ago. 2025.

[16] DEFENCE INDUSTRY EUROPE. Lithuania to buy C-390 Millennium. 2025. Disponível em: [https://defence-industry.eu/lithuania-to-buy-c-390-millennium/](https://defence-industry.eu/lithuania-to-buy-c-390-millennium/). Acesso em: 21 ago. 2025.

[17] FLIGHTGLOBAL. Lithuania to acquire Embraer C-390s. 2025. Disponível em: [https://www.flightglobal.com/defence/lithuania-to-acquire-embraer-c-390s/165784.article](https://www.flightglobal.com/defence/lithuania-to-acquire-embraer-c-390s/165784.article). Acesso em: 21 ago. 2025.

[18] AEROTIME. Lithuania opts for Embraer C-390 Millennium transport aircraft. 2025. Disponível em: [https://www.aerotime.aero/articles/lithuania-to-buy-embraer-c-390-millennium-transport-aircraft](https://www.aerotime.aero/articles/lithuania-to-buy-embraer-c-390-millennium-transport-aircraft). Acesso em: 21 ago. 2025.

[19] INFODEFENSA. Lituania selecciona el avión de transporte Embraer C-390 Millennium. 2025. Disponível em: [https://www.infodefensa.com/texto-diario/mostrar/4963912/lituania-selecciona-avion-transporte-embraer-c-390-millennium](https://www.infodefensa.com/texto-diario/mostrar/4963912/lituania-selecciona-avion-transporte-embraer-c-390-millennium). Acesso em: 21 ago. 2025.

[20] MINISTRY OF DEFENSE OF GEORGIA. Georgia and NATO. Disponível em: [https://mod.gov.ge/en/nato](https://mod.gov.ge/en/nato). Acesso em: 21 ago. 2025.

[21] CIVIL.GE. Parliament Backs Resolution on Georgia's Euro-Atlantic Integration. 2025. Disponível em: [https://civil.ge/archives/630123](https://civil.ge/archives/630123). Acesso em: 21 ago. 2025.

[22] OC MEDIA. Georgia: MPs adopt resolution on NATO membership. 2025. Disponível em: [https://oc-media.org/georgia-mps-adopt-resolution-on-nato-membership/](https://oc-media.org/georgia-mps-adopt-resolution-on-nato-membership/). Acesso em: 21 ago. 2025.

[23] EURACTIV. Georgian parliament votes in favor of NATO membership resolution. 2025. Disponível em: [https://www.euractiv.com/section/eastern-europe/news/georgian-parliament-votes-in-favor-of-nato-membership-resolution/](https://www.euractiv.com/section/eastern-europe/news/georgian-parliament-votes-in-favor-of-nato-membership-resolution/). Acesso em: 21 ago. 2025.

[24] AGENCE FRANCE-PRESSE (AFP). Georgian MPs pass NATO membership resolution amid opposition boycott. 2025. Disponível em: [https://www.france24.com/en/live-news/20250523-](https://www.france24.com/en/live-news/20250523-)

- georgian-mps-pass-nato-membership-resolution-amid-opposition-boycott. Acesso em: 21 ago. 2025.
- [25] NATO. Relations with Georgia. Disponível em: [https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics\\_38988.htm](https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_38988.htm). Acesso em: 21 ago. 2025.
- [26] REUTERS. Georgian parliament approves resolution on NATO accession. 2025. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/europe/georgian-parliament-approves-resolution-nato-accession-2025-05-23/>. Acesso em: 21 ago. 2025.
- [27] BBC. Georgia MPs back NATO resolution amid boycott. 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-69012831>. Acesso em: 21 ago. 2025.
- [28] RADIO FREE EUROPE / RADIO LIBERTY (RFE/RL). Georgian Parliament Approves Resolution On NATO Membership. 2025. Disponível em: <https://www.rferl.org/a/georgia-parliament-nato-resolution-/32901060.html>. Acesso em: 21 ago. 2025.
- [29] AL JAZEERA. Georgian parliament adopts NATO resolution amid opposition protest. 2025. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2025/5/23/georgian-parliament-adopts-nato-resolution-amid-opposition-protest>. Acesso em: 21 ago. 2025.
- [30] POLITICO. Georgian lawmakers back NATO bid in symbolic move. 2025. Disponível em: <https://www.politico.eu/article/georgia-nato-membership-parliament-resolution/>. Acesso em: 21 ago. 2025.
- [31] THE MOSCOW TIMES. Georgian Parliament Votes for NATO Resolution. 2025. Disponível em: <https://www.themoscowtimes.com/2025/05/23/georgian-parliament-votes-for-nato-resolution-a84421>. Acesso em: 21 ago. 2025.
- [32] INTERFAX. Georgian parliament passes NATO membership resolution. 2025. Disponível em: <https://interfax.com/newsroom/georgian-parliament-passes-nato-membership-resolution/>. Acesso em: 21 ago. 2025.
- [33] TASS. Georgian MPs adopt resolution on NATO membership. 2025. Disponível em: <https://tass.com/world/1798767>. Acesso em: 21 ago. 2025.
- [34] RUSSIA TODAY (RT). Georgia parliament adopts resolution supporting NATO membership. 2025. Disponível em: <https://www.rt.com/news/678901-georgia-parliament-nato-resolution/>. Acesso em: 21 ago. 2025.
- [35] NEWSGEORGIA. Georgian MPs support NATO membership resolution. 2025. Disponível em: <https://newsgeorgia.ge/georgian-mps-support-nato-membership-resolution/>. Acesso em: 21 ago. 2025.
- [36] GEORGIAN JOURNAL. Parliament adopts NATO resolution. 2025. Disponível em: <https://www.georgianjournal.ge/politics/39251-parliament-adopts-nato-resolution.html>. Acesso em: 21 ago. 2025.
- [37] AGENCE FRANCE-PRESSE (AFP). Georgia pushes NATO membership amid rising tensions. 2025. Disponível em: <https://www.afp.com/en/news/archives/georgia-pushes-nato-membership-amid-rising-tensions-doc.8ns2ba>. Acesso em: 21 ago. 2025.
- [38] EURASIANET. Georgian MPs back NATO resolution. 2025. Disponível em: <https://eurasianet.org/georgian-mps-back-nato-resolution>. Acesso em: 21 ago. 2025.
- [39] BLOOMBERG. Georgia Votes to Back NATO Membership. 2025. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2025-05-23/georgia-votes-to-back-nato-membership>. Acesso em: 21 ago. 2025.
- [40] ASSOCIATED PRESS (AP). Georgian parliament votes for NATO membership. 2025. Disponível em: <https://apnews.com/article/georgia-nato-membership-2025-05-23>. Acesso em: 21 ago. 2025.
- [41] THE GUARDIAN. Georgian lawmakers adopt NATO membership resolution. 2025. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2025/may/23/georgian-lawmakers-adopt-nato-membership-resolution>. Acesso em: 21 ago. 2025.
- [42] FINANCIAL TIMES. Georgia pushes NATO bid forward. 2025. Disponível em: <https://www.ft.com/content/65ab12a3-7784-482a-9df8-68d97fe5c003>. Acesso em: 21 ago. 2025.
- [43] EL PAÍS. Georgia avanza hacia la OTAN con resolución parlamentaria. 2025. Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2025-05-23/georgia-avanza-hacia-la-otan-con-resolucion-parlamentaria.html>. Acesso em: 21 ago. 2025.
- [44] DIE WELT. Georgisches Parlament stimmt für NATO-Beitritts-Resolution. 2025. Disponível em: <https://www.welt.de/politik/ausland/article252947692/georgisches-parlament-stimmt-fuer-nato-beitritts-resolution.html>. Acesso em: 21 ago. 2025.
- [45] DER SPIEGEL. Georgien: Parlament stimmt für NATO-Resolution. 2025. Disponível em: <https://www.spiegel.de/ausland/georgien-parlament-stimmt-fuer-nato-resolution-a-3d5a6f12-888b-4d89-85df-0b74e1db4c45>. Acesso em: 21 ago. 2025.
- [46] LE MONDE. Le Parlement géorgien adopte une résolution sur l'adhésion à l'OTAN. 2025.

Disponível em: [https://www.lemonde.fr/international/article/2025/05/23/le-parlement-georgien-adopte-une-resolution-sur-l-adhesion-a-l-otan\\_6185672\\_3210.html](https://www.lemonde.fr/international/article/2025/05/23/le-parlement-georgien-adopte-une-resolution-sur-l-adhesion-a-l-otan_6185672_3210.html). Acesso em: 21 ago. 2025.

[47] CORRIERE DELLA SERA. La Georgia approva una risoluzione per l'adesione alla NATO. 2025. Disponível em: [https://www.corriere.it/esteri/25\\_maggio\\_23/la-georgia-approva-una-risoluzione-per-l-adesione-alla-nato](https://www.corriere.it/esteri/25_maggio_23/la-georgia-approva-una-risoluzione-per-l-adesione-alla-nato). Acesso em: 21 ago. 2025.

[48] ANSA. Georgia, via libera alla risoluzione per l'ingresso nella NATO. 2025. Disponível em: [https://www.ansa.it/sito/notizie/mondo/europa/2025/05/23/georgia-via-libera-alla-risoluzione-per-l-ingresso-nella-nato\\_6c32e1aa-4712-11ef-90f0-005056a91152.html](https://www.ansa.it/sito/notizie/mondo/europa/2025/05/23/georgia-via-libera-alla-risoluzione-per-l-ingresso-nella-nato_6c32e1aa-4712-11ef-90f0-005056a91152.html). Acesso em: 21 ago. 2025.



# 3 ANÁLISES ESPECIAIS



**USO DE DRONES NA GUERRA**

**CONFLITO RUSSO-UCRANIANO**

## O PAPEL DOS DRONES NA GUERRA DA UCRÂNIA: IMPLICAÇÕES ATUAIS E FUTURAS PARA O CAMPO DE BATALHA

*Getúlio Alves de Almeida Neto*

### Introdução

Num artigo de opinião publicado em 30 de maio de 2022, ainda nos primeiros meses da guerra da Ucrânia, Alex Kingsbury afirmou: “[t]odas as guerras têm suas armas icônicas — da AK-47 à bomba caseira. Na Ucrânia, é o drone” (Kingsbury, 2022). Como o autor ressalva, drones são utilizados em guerras desde a Guerra do Vietnã e, mais recentemente, em conflitos como Síria, Iêmen, Líbia e na guerra de Nagorno-Karabakh. Contudo, é na Ucrânia onde os drones têm sido utilizados pela primeira vez em larga escala e intensidade por ambos os lados, desempenhando funções que vão desde inteligência e reconhecimento a ataques precisos. Ademais, a recente “Operação Teia de Aranha”, na qual drones ucranianos conseguiram atingir bombardeiros estratégicos russos estacionados em regiões muito distantes da frente de batalha, expuseram a possibilidade de debilitar o arsenal inimigo de custos muito mais elevados a partir de táticas de baixo custo (Al Jazeera, 2025). Nessa análise, pretendemos responder a seguinte pergunta: como o uso de drones na Guerra da Ucrânia está redefinindo as dinâmicas na guerra e quais os impactos dessa transformação para os atores envolvidos e para o futuro dos conflitos armados?

### O uso de drones na Guerra da Ucrânia

Nos primeiros momentos da guerra, a Rússia utilizou seu arsenal de drones militares produzidos domesticamente ao longo da última década. Ao longo do conflito, contudo, observa-se uma corrida por adaptação e introdução de novos modelos, tanto de uso exclusivo militar, quanto de modelos de uso civil que foram adaptados para o uso na guerra. Assim, com a necessidade de maior quantidade e das novas táticas necessárias no desenvolvimento da guerra, Moscou incorporou o *Forpost-R*, modelo baseado em desenho israelense, e os drone kamikazes iranianos *Shahed-131/136*, produzidos localmente como *Geran-2*, em uma fábrica no Tartaristão, região na Rússia. A Ucrânia, que utilizava os drones turcos Bayraktar TB2 nos estágios iniciais, diversificou seu arsenal após perdas significativas. Assim, passou a empregar os modelos *Switchblade* e *Phoenix Ghost* (EUA), *Warmate* (Polônia), *DJI Mavic* (China). Este último, modelo quadricóptero de uso civil, tem sido extensamente utilizado a partir de sua readaptação para uso militar. Para além destes, a Ucrânia desenvolveu uma rede de soluções nacionais para fabricação, reparação e reposição de drones, além do treinamento para sua operacionalização (Pettyjohn, Dennis, Campbell, 2024; Rivero, 2025).

Os modelos, a tecnologia e as táticas em relação ao uso de drones na

guerra têm se desenvolvido rapidamente desde então. Destarte, nota-se uma crescente automação do uso dos drones e a perspectiva do uso cada vez mais intenso e integrado da Inteligência Artificial (IA) para melhorar tanto suas capacidades de esquivar dos sistemas antidrones, como é o caso do uso de fibras ópticas para impedir que o aparelho seja interceptado eletronicamente, bem como potencializar a precisão dos ataques. Nesse sentido, observa-se uma constante busca por tecnologias e inovações no uso de drones na Guerra da Ucrânia. Para cada nova solução encontrada, surgem novas contramedidas táticas e tecnológicas (Szári, 2024).

Diante desse contexto, o impacto dos drones no campo de batalha é visível: ataques mais rápidos, baratos e precisos se tornaram possíveis. O conflito demonstra a rápida adoção de tecnologias civis por forças militares e a importância da inovação diante de ameaças como a guerra eletrônica. Sobretudo, o uso de drones evidenciou o potencial de armamentos de custos muito mais baixos que os tradicionais sistemas de armas das potências.

Nesse contexto, Chávez e Swed (2023) destacam a tática de “emulação do azarão” (“emulating underdogs”) característica da guerra da Ucrânia. Segundo os autores, os Estados passaram a adotar táticas de atores não estatais com drones comerciais, havendo uma convergência entre arsenais militares tradicionais e plataformas civis baratas para usos táticos. Assim, enquanto inicialmente a Ucrânia passou a emular essa tática, ao longo do conflito a Rússia também passou a imitar as táticas adotadas pela Ucrânia no que se refere ao uso de drones. Além disso, a lógica do uso extensivo de drones na Guerra da Ucrânia tem sido a de que quantidade é melhor do que qualidade, favorecendo o uso de modelos kamikaze, em razão da facilidade, rapidez e, principalmente, baixo custo de reposição.

### **Considerações finais**

A Guerra da Ucrânia deixa clara a dissolução das fronteiras entre tecnologias militares sofisticadas e soluções civis acessíveis. Ainda que o uso de drones em guerras não seja uma novidade, sua centralidade no atual conflito redefine conceitos como superioridade aérea e inovação bélica. Mais importante ainda, a guerra revela a necessidade de adaptação rápida para acompanhar a velocidade de mudanças tecnológicas no campo de batalha.

A Ucrânia e a Rússia adotaram estratégias distintas: a primeira, por meio de produção descentralizada e redes de voluntários; a segunda, com investimento em fábricas locais para produção centralizada. Para a Ucrânia, os drones se tornaram símbolo de resistência e engenhosidade, capazes de atingir Moscou mesmo sem os mísseis ocidentais. Para a Rússia, reafirmaram laços com o Irã e representam mais uma arma que, ao mesmo tempo que expõe suas fragilidades na defesa, também aumenta sua capacidade ofensiva.

A guerra da Ucrânia sinaliza um possível futuro no qual drones autônomos e IA serão o próximo avanço bélico, baseado na lógica de que soluções de baixo custo podem neutralizar sistemas sofisticados, ampliando a entrada de novos atores no mercado internacional de drones e com impactos na indústria bélica.

Possivelmente, também repercutirão no pensamento doutrinário e estratégico dos Estados e em suas táticas em campo de batalha.

Entretanto, não se trata de afirmar que drones constituem uma revolução nos assuntos militares. Como pontuam Saint-Pierre e Gonçalves (2018), apesar das mudanças técnicas e táticas, a essência política da guerra permanece. O impacto de novas tecnologias reside menos em sua introdução e mais em sua combinação e emprego eficiente. Frequentemente, o lado mais fraco inova taticamente, enquanto o sucesso estratégico advém de quem observa, compreende e aprimora essas inovações. A sofisticação tecnológica não garante a vitória. O que importa, ao fim, é a capacidade de integrar tecnologias a uma estratégia eficiente.

## REFERÊNCIAS

- AL JAZEERA. Ukrainian drones target Russian airbases in unprecedented operation. Al Jazeera. Doha, 1 jun. 2025. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2025/6/1/ukrainian-drones-target-russian-airbases-in-unprecedented-operation>. Acesso em 19 jun. 2025.
- CHÁVEZ, Kerry; SWED, Ori. Emulating underdogs: Tactical drones in the Russia-Ukraine war. *Contemporary Security Policy*. Londres, v. 44, n. 4, p. 592–605, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13523260.2023.2257964>. Acesso em 19 jun. 2025.
- KINGSBURY, Alex. No One Can Hide From This Weapon in the War in Ukraine. *The New York Times*. Nova York, 30 maio 2022. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2022/05/30/opinion/drones-ukraine-war.html>. Acesso em 19 jun. 2025.
- SAINT-PIERRE, Héctor Luis; GONÇALVES, Leandro José Clemente. Nem Revolução Militar, nem Revolução em Assuntos Militares – apenas mudanças de longa duração condensadas na guerra pelo gênio militar. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*. São Paulo, v. 5, n. 2, p. 13–36, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.26792/RBED.v5n2.2018.75095>. Acesso em 19 jun. 2025.
- SZÁRI, Norbert. Combat Helicopters and Drones in the Russian-Ukrainian Conflict – Challenges and Transformations. *Hadtudományi Szemle*. Budapeste, v. 17, n. 2, p. 33–44, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.32563/hsz.2024.2.3>. Acesso em 19 jun. 2025.
- PETTYJOHN, Stacie; DENNIS, Hannah; CAMPBELL, Molly. Historical Case Studies of Drone Use. In: CENTER FOR A NEW AMERICAN SECURITY. *Swarms over the Strait: Drone Warfare in a Future Fight to Defend Taiwan*. Washington, DC: CNAS, 2024, cap. 3, p. 20–25. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/resrep61061.7>. Acesso em 19 jun. 2025.

### **Como citar:**

ALMEIDA NETO, Getúlio A. de. O papel dos drones na Guerra da Ucrânia: implicações atuais e futuras para o campo de batalha. *Eurásia em Foco*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 30-32, Abr./Jun. 2025. Centro de Investigação em Rússia, Eurásia e Espaço Pós-Soviético (CIRE).

DOI: 10.5281/zenodo.17018702

## AS ZONAS DE SEGURANÇA E A ESTRATÉGIA DE ATRITO RUSSA NA UCRÂNIA

*Pérsio Glória de Paula*  
*Tito Lívio Barcellos Pereira*

### Introdução

O conflito na Ucrânia, que avança pelo seu terceiro ano, segue como um dos principais vetores da instabilidade internacional. A Rússia mantém uma vantagem relativa no campo de batalha e adota uma estratégia de atrito prolongado, que busca desgastar progressivamente as capacidades ucranianas sem recorrer a uma mobilização total. Essa abordagem reflete a percepção de Moscou de que o confronto é um desdobramento de uma disputa mais ampla com o Ocidente. Nesse contexto, a presente análise explora como a criação das zonas de segurança, anunciadas em 2025, se insere nessa lógica, ao aumentar os custos militares para Kiev e fortalecer a posição russa em possíveis negociações de paz.

### A zona de segurança e a lógica do atrito na abordagem russa

Em maio de 2025, o presidente russo Vladimir Putin anunciou a implementação de zonas de segurança para a defesa de regiões fronteiriças com a Ucrânia. Essa medida foi formalmente adotada após a conclusão da operação russa de retomada do *Oblast* de Kursk, alvo de uma incursão ucraniana que durou oito meses (Tass, 2025; Rússia, 2025). De acordo com as autoridades russas, a zona de segurança (*bufernaya zona*) compreenderá aproximadamente 100 km a partir da fronteira russa, incluindo as zonas ocupadas dentro do território ucraniano (como as províncias de Lugansk, Donetsk, Crimeia, Kherson e Zaporíjia). Assim, as áreas englobadas estarão nas províncias ucranianas de Odessa, Dnipropetrovsk, Nikolayev, Chernigov, Kharkov e Sumy (ver Mapa no apêndice).

Debatida desde 2023 como resposta ao aumento dos bombardeios ucranianos contra cidades russas e à perspectiva de emprego de armamentos ocidentais de longo alcance contra seu território, a criação das zonas de segurança transcende uma função meramente defensiva (RBC, 2023; Grand, 2024; Bogdanov, 2025). Ela integra um cálculo estratégico para balancear a escalada da pressão militar ocidental usando a ameaça de uma possível expansão dos objetivos territoriais russos. Narrativas ligadas ao irredentismo russo já associavam as regiões afetadas pela zona de segurança ao “Russkiy Mir” e à “Novorossiya” reforçando a legitimidade interna para tal projeção. Ainda assim, o Donbass permanece o eixo operacional prioritário desde 2022, mantendo a nova zona tampão como vetor secundário.

A estratégia russa na Ucrânia tem se estruturado em torno de alguns pilares, dos quais destacamos os princípios da concentração e da conservação. O

primeiro pilar aponta para a concentração geográfica dos esforços no Donbass, o centro de gravidade da campanha terrestre. Neutralizar as forças ucranianas em Donetsk e Lugansk e consolidar sua incorporação formal ao território russo segue como prioridade imediata desde 2022. As áreas hoje incluídas na zona de segurança eram tratadas, até recentemente, como secundárias, recebendo operações de contenção e pressão esporádica voltadas a conter avanços ucranianos, e não a grandes conquistas territoriais. O segundo pilar aponta para a conservação de recursos humanos e materiais por parte da Rússia. Moscou tem evitado uma mobilização total de sua população e mantém limitações do engajamento de seus recursos materiais no conflito, buscando equilibrar o esforço militar com a estabilidade política e socioeconômica interna (Haward, 2025). Essa escolha reflete um cálculo político mais amplo e indica que, para a Rússia, a guerra na Ucrânia é uma conflagração regional de uma disputa geoestratégica global com o Ocidente (Rússia, 2023).

Essa percepção molda a condução russa do conflito e explica a combinação entre avanços graduais e pressão constante ao longo da linha de contato. O emprego intensivo de artilharia, aviação e aeronaves remotamente pilotadas não se limita a estabilizar posições defensivas, mas visa impor um desgaste progressivo e de difícil sustentação para a Ucrânia. Ao expandir a linha de contato com a nova zona de segurança, Moscou força Kiev a redistribuir tropas e recursos para áreas que, embora não representem prioridade estratégica para a Rússia, absorvem parte significativa do já limitado contingente humano e logístico ucraniano.

Embora adote uma estratégia de atrito prolongado, Moscou conduz o conflito de forma limitada para evitar um desgaste que comprometa suas capacidades estratégicas, ciente de que esse esgotamento atenderia ao objetivo ocidental de impor uma “derrota estratégica” à Rússia (Brzezinski; Arick, 2025). Igualmente, essa lógica de atrito prolongado busca reduzir, de forma gradual e sistemática, as capacidades ofensivas e defensivas ucranianas e restringir sua margem de manobra, criando um ambiente mais favorável às pretensões russas no atual contexto de reabertura do diálogo diplomático (Almeida Neto; Araujo, 2025).

### **A estratégia russa de atrito e sua dimensão internacional**

A Ucrânia enfrenta um progressivo desgaste humano e material, chegando a níveis preocupantes, com a mobilização geral, proibindo homens de 18 a 60 anos de deixarem o país e drenando parte significativa das reservas de combate. Assim, além das substanciais baixas militares, há também um quadro de intensa emigração, que acelera a erosão demográfica de guerra (The New Voice of Ukraine, 2025). Esse enfraquecimento estrutural restringe a capacidade de sustentar operações prolongadas e acentua a dependência do apoio ocidental, enquanto a zona de segurança atua como vetor de pressão operacional ao impor custos adicionais sem exigir mobilização russa em larga escala.

A Rússia, em contraste, mantém a lógica de um engajamento limitado. Desde a mobilização parcial de 300 mil reservistas em setembro de 2022, evitou convocar grandes contingentes e prioriza o recrutamento contratual, complementado por

voluntários, empresas militares privadas e contingentes estrangeiros (Haward, 2025; Euronews, 2025). Moscou adotou incentivos financeiros e legais que ampliaram a atratividade do serviço militar, mas também buscou preservar a força de trabalho em setores estratégicos em um momento de pleno emprego no país. Além disso, desde 2024, as reformas administrativas e investimentos ampliaram significativamente as capacidades produtivas da indústria bélica e do poder de fogo russo (Almeida; Paula, 2025).

No plano internacional, a medida também pode ser entendida como uma resposta ao envio de armamentos cada vez mais sofisticados à Ucrânia por países ocidentais. Além do efeito militar, a criação de novas frentes reforça a percepção de que Moscou controla o ritmo do conflito, ampliando seu peso nas negociações e a urgência das tratativas. Embora a zona tampão seja, por ora, um eixo secundário, o prolongamento do conflito poderia acarretar na consolidação do controle russo sobre essas regiões e abrir espaço para que o Kremlin transforme esses ganhos militares em reivindicações territoriais e políticas mais ambiciosas

### **Considerações finais**

As zonas de segurança apontam que Moscou mantém a iniciativa estratégica no conflito ao combinar um engajamento limitado com a pressão prolongada sobre Kiev. Assim, essa flexibilidade, além de compatível com a lógica de atrito adotada pela Rússia até agora, também tem uma função estratégica mais ampla. Para além do recurso defensivo, essas zonas funcionam como um instrumento para condicionar o ritmo das negociações, responder à intensificação do apoio militar ocidental à Ucrânia e manter aberta a possibilidade de rever seus objetivos, caso o prolongamento do conflito altere significativamente o equilíbrio de forças.

## **REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, Fernando Roberto de Freitas; PAULA, Pérsio Glória de. (2025).

"O pensamento estratégico na União Soviética e na Rússia: política externa, autonomia e soberania econômica", p. 206-241. 80 anos da vitória na Grande Guerra Patriótica: memória, reconstrução e perspectivas. São Paulo: Blucher, 2025.

ALMEIDA NETO, Getúlio A. de; ARAUJO, Maria Eduarda C. de. A retomada do diálogo entre Rússia e EUA e o futuro da guerra da Ucrânia. *Eurásia em Foco*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 23-27, 2025.

BOGDANOV, K. V. (2025). Do Not Invite Disaster. *Russia in Global Affairs*, 23(2), pp. 38-42. DOI: 10.31278/1810-6374-2025-23-2-38-42. Disponível em: <https://eng.globalaffairs.ru/articles/disaster-bogdanov/>. Último Acesso em: 14/07/2025.

BRASIL DE FATO. (2022). Putin anuncia mobilização parcial da Rússia. *Brasil de Fato (BdF)*, São Paulo, 21 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/07/21/putin-anuncia-mobilizacao-parcial-da-russia/>.

brasildefato.com.br/2022/09/21/putin-anuncia-mobilizacao-parcial-da-russia-na-guerra-da-ucrania/#:~:text=Saiba%20mais%3A%C2%A0Vladimir%20Putin%3A%20anti,como%20pensa%20o%20I%C3%ADder%20russo. Último Acesso em: 14/07/2025.

BRZEZINSKI, Ian; ARICK, Ryan. (2025). Issue brief: A NATO strategy for countering Russia. Atlantic Council, Issue Brief, 20 de fevereiro de 2025. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/in-depth-research-reports/issue-brief/issue-brief-a-nato-strategy-for-countering-russia/>. Último Acesso em: 14/07/2025.

EURONEWS (2025). In an attempt to avoid mobilisation, Kremlin now allows foreigners to serve in Russian army. Euronews, 08 de julho de 2025. Disponível em: <https://www.euronews.com/2025/07/08/in-an-attempt-to-avoid-mobilisation-kremlin-now-allows-foreigners-to-serve-in-russian-army>. Último Acesso em: 16 de julho de 2025.

GRAND, Camile. (2025). Between the lines: Monitoring Putin's response to Ukraine's long-range missiles. European Council on Foreign Relations, Articles, 26 de novembro de 2024. Disponível em: <https://ecfr.eu/article/between-the-lines-monitoring-putins-response-to-ukraines-long-range-missiles/>. Último Acesso em: 16 de julho de 2025.

HAWARD, Christina (2025). Russia's Weakness Offers Leverage. Institute for the Study of War, Washington D.C., 19 de fevereiro de 2025. Disponível em: <https://understandingwar.org/backgrounders/russias-weakness-offers-leverage>. Último Acesso em: 16 de julho de 2025.

RBC. (2023). Putin aprova zona sanitária na Ucrânia se bombardeios continuarem [Putin dopustil santarnuyu zonu na Ukraine v sluchaye prodolzheniya obstrelov]. RBC, Moscow, 13 de junho de 2023. Disponível em: <https://www.rbc.ru/politics/13/06/2023/648879c59a79475436eba7c4>. Último Acesso em: 16 de julho de 2025.

RÚSSIA. (2025). Meeting with Chief of the General Staff of the Russian Armed Forces Valery Gerasimov. F. Presidência da Rússia, 26 de abril de 2025. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/76800>. Último Acesso em: 16 de julho de 2025.

RÚSSIA. (2023). Conceito de Política Externa da Federação Russa. Ministério das Relações Exteriores da Federação Russa, Kontseptsiya vneshney politiki Rossiyskoy Federatsii, 31 de Março de 2023. Disponível em: [https://mid.ru/en/foreign\\_policy/fundamental\\_documents/1860586/?lang=ru](https://mid.ru/en/foreign_policy/fundamental_documents/1860586/?lang=ru). Último Acesso em: 16 de julho de 2025.

TASS. (2025). Putin announces decision to create buffer zone along border with Ukraine. Tass, Moscou, 22 de maio de 2025. Disponível em: <https://tass.com/politics/1962089>. Último Acesso em: 16 de julho de 2025.

The New Voice of Ukraine (2025). War cost Ukraine 40% of its labor force. Disponível em: <https://english.nv.ua/nation/war-cost-ukraine-40-of-its-labor-force-50526802.html>. Último Acesso em: 16 de julho de 2025.



#### Apêndice: Regiões ucranianas englobadas pela zona de segurança russa

Fonte: ISW, CSIS, Ministério da Defesa da Federação Russa

Elaboração: Tito Lívio Barcellos Pereira

#### Como citar:

GLÓRIA, Pérsio Glória de.; PEREIRA, Tito Lívio Barcellos. As Zonas de Segurança e a Estratégia de Atrito russa na Ucrânia. *Eurásia em Foco*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 33-37, Abr./Jun. 2025. Centro de Investigação em Rússia, Eurásia e Espaço Pós-Soviético (CIRE).

DOI: 10.5281/zenodo.17018779



# 4 ARTIGOS



A HIDROPOLÍTICA DA ÁSIA CENTRAL

## HIDROPOLÍTICA E SECURITIZAÇÃO: A ÁGUA ENQUANTO VETOR REGIONAL DE SEGURANÇA NA ÁSIA CENTRAL

*Guilherme Geremias da Conceição<sup>1</sup>*

*Taynara Martins Batista<sup>2</sup>*

**Resumo:** Ao longo do século XXI, a água passou a ser compreendida não apenas como um recurso essencial à vida, mas também como um bem estratégico no centro das disputas geopolíticas contemporâneas, ensejando debates no campo da hidropolítica e da securitização. No contexto da Ásia Central — região composta por Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão — essa dinâmica se intensifica diante da interdependência hídrica, das heranças da gestão soviética e da escassez crescente de recursos. Assim, este artigo, por meio do método qualitativo e da revisão bibliográfica, investiga se e como os Estados centro-asiáticos securitizaram a água nas últimas décadas, com base nos estudos de hidropolítica e na teoria proposta pela Escola de Copenhague. A pesquisa se organiza em quatro seções: a primeira apresenta os conceitos teóricos; a segunda analisa a disposição hídrica e as disputas da região; a terceira discute os movimentos de securitização e as respostas políticas; e a quarta expõe as considerações finais, destacando os limites e possibilidades para a cooperação e a estabilidade regional.

**Palavras-chave:** Securitização; Hidropolítica; Ásia Central; Geopolítica.

### Introdução

Ao longo da história da humanidade, rios, lagos e fontes de água doce definiram fronteiras, alimentaram economias e serviram como base para assentamentos e grandes civilizações, como o Nilo, o Tigre e Eufrates, e o Indo. Contudo, no século XXI, a água deixou de ser vista apenas como um bem essencial à vida e passou a integrar um conjunto de insumos estratégicos que moldam disputas geopolíticas, tal como o petróleo, os minérios raros ou o gás natural (Bueno, 2025). Dessa forma, à medida que os recursos hídricos tornam-se mais escassos e desigualmente distribuídos, seu papel como fator de poder para a segurança internacional tem se intensificado.

Diante desse quadro, o campo da hidropolítica passou a investigar como a água, em sua multidimensionalidade, acaba por impactar as relações políticas em diferentes escalas, seja local, regional ou internacional (Sant’Anna, 2017). Em paralelo, o conceito de securitização da água, oriundo da teoria proposta pela Escola de Copenhague, ajuda a compreender quando e por que esse recurso é tratado como uma ameaça existencial, exigindo medidas extraordinárias por parte dos Estados (Buzan, 1995; Fischhendler, 2015). Ambas as abordagens tornam-

---

1 Doutorando em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp e PUC-SP).

2 Mestra em Relções Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp e PUC-SP).

se particularmente importantes para analisarmos o contexto da Ásia Central, região composta por Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão. Marcado pela interdependência hídrica e pelas heranças soviéticas de gestão centralizada da água, o local vive desde os anos 1990 sob crescente tensão em torno do uso dos seus principais rios transfronteiriços, o Amu Daria e o Syr Daria, em um cenário paradigmático para a análise desses processos (Berndtsson; Tussupova, 2020).

Nesse sentido, por intermédio do método qualitativo e da revisão bibliográfica, as perguntas que este artigo busca responder é: houve um processo de securitização dos recursos hídricos na Ásia Central? Se sim, como se deu esse processo? Quais os limites e possibilidades dessa securitização para a hidropolítica regional? Para responder a essas questões, o trabalho está dividido em quatro partes: na primeira, apresentamos os conceitos-chave para a nossa análise; na segunda, exploramos a disposição hídrica centro-asiática e suas disputas por água; já na terceira, discutimos os elementos de securitização e as respostas institucionais e políticas adotadas pelos países da região frente aos desafios de escassez. Por fim, a última seção apresenta as considerações finais, retomando os principais achados do estudo e discutindo seus desdobramentos para a segurança hídrica e a cooperação regional.

### **A hidropolítica e a securitização da água nas Relações Internacionais**

O termo “hidropolítica” tem ganhado destaque nas discussões sobre as relações políticas em torno da água, especialmente em contextos onde esse recurso é escasso ou dividido por diferentes Estados. Sneddon e Fox (2012), ao analisarem a Bacia do Mekong, na China, argumentam que a água atua como um *medium* que conecta processos biofísicos a dinâmicas geopolíticas e econômicas, criando zonas de tensão nos níveis local, regional e global. Essa perspectiva é reforçada por Basumatary (2021), que aponta a água como uma das principais ameaças à segurança do século XXI, sobretudo em regiões onde os rios são compartilhados entre países que possuem rivalidades históricas e fortes assimetrias de poder.

Um dos principais teóricos sobre o tema, Tony Allan, introduziu o conceito de “água virtual”, ao destacar a quantidade de água necessária para a produção de alimentos e outros insumos básicos. Em *The Middle East Water Question: Hydropolitics and the Global Economy* (2002), Allan argumenta que a gestão hídrica é, sobretudo, uma questão política, e não apenas técnica. Dessa forma, é comum que países com maior poder relativo influenciem a administração fluvial em contextos transfronteiriços. A Turquia, por exemplo, controla as nascentes dos rios Tigre e Eufrates, e impacta diretamente Síria e Iraque por meio do ambicioso Projeto do Sudeste da Anatólia (GAP). De forma similar, as disputas pelo controle do Rio Nilo envolvem Egito, Sudão e Etiópia, especialmente após a construção da Grande Barragem do Renascimento Etíope, que também afeta as relações políticas no nordeste africano.

Para Klare (2001) essa luta por bens essenciais, como petróleo, gás e água, pode gerar disputas devido à crescente demanda demográfica e aos múltiplos

usos desses insumos. Assim, as bacias hidrográficas, tornaram-se importantes nas interações internacionais, especialmente em regiões onde os recursos fluviais são escassos. Nesses casos, as desavenças vão além do simples controle sobre os rios, envolvendo também uma série de fatores que intensificam os conflitos, como a construção de megaprojetos hidrelétricos, desvios de cursos naturais, degradação ambiental, poluição e alterações no ciclo hidrológico (Yoffe; Wolf; Giordano, 2001).

Em outras palavras, embora não seja a causa principal do conflito (Homer-Dixon, 1994, p. 35), por não obedecer fronteiras e estar distribuída de forma desigual, a água tende a ser objeto de escaramuças entre Estados ribeirinhos que buscam ampliar seu acesso ao recurso, de modo que a escassez acaba por intensificar fatores econômicos, políticos e sociais já existentes, funcionando como uma variável de pressão sobre deslocamentos forçados; desastres ecológicos e colapsos de ecossistemas (Klare, 2001). Diante desse quadro, a abordagem construtivista da teoria de securitização, desenvolvida pela Escola de Copenhague, representa uma ferramenta viável para compreendermos que a segurança em torno da água não constitui uma condição objetiva em si, mas resulta de processos sociais específicos.

De acordo com Buzan (1997), a securitização é compreendida como um estágio mais extremo da politização. Para ele, o processo de securitização de uma determinada questão pode ser dividido, teoricamente, em três fases: primeiro, a despolitização, em que temas públicos são considerados irrelevantes para a ação estatal e não suscitam debate ou deliberação pública; em seguida, a politização, na qual esses temas passam a integrar a agenda pública, exigindo alocação de recursos e mecanismos específicos de governança; e por fim, a securitização, estágio em que certos assuntos são enquadrados como ameaças existenciais, exigindo respostas urgentes que extrapolam os limites dos processos políticos habituais (Buzan, 1997, p. 14). Logo, quando um tema é securitizado, isso implica que o ator político envolvido pode recorrer a meios extraordinários ou obter recursos específicos para lidar com a ameaça percebida, além de conferir a esse tema uma prioridade em relação a outras questões.

Ou seja, a “securitização da água”, para o caso da nossa análise, refere-se ao enquadramento dos recursos hídricos como um fator vital à sobrevivência e à segurança, cuja gestão demanda medidas excepcionais (Buzan, 1997) e cuja escassez figura dentre as principais motivações para esse enquadramento<sup>3</sup>. Ao ser incorporada ao discurso da segurança nacional, a temática adquire legitimidade como objeto de securitização, saindo do campo da negociação e do compromisso (Trottier, 2008). Qualquer proposta de redistribuição desses recursos passa então a ser interpretada como ameaça aos interesses do Estado, e as disputas por água se tornam potenciais focos de instabilidade que comprometem a segurança e a paz regionais (El-Sayed; Mansour, 2017, p. 230).

Nesses contextos, Fischhendler (2015, p. 247) propõe uma tipologia

---

3 A escassez ocorre quando não há água suficiente para sustentar às necessidades humanas e ecossistêmicas de forma simultânea. Pode ser derivada da ausência física de recursos hídricos, denominada escassez física, em decorrência de fenômenos naturais, como a seca, ou influências humanas, como o armazenamento de água em barragens, embora muitas vezes as causas sejam combinadas (Bond et al., 2019, p.111-112).

que distingue duas formas de securitização: a *estratégica* e a *tática*. A primeira está relacionada à construção de uma rede de interdependências ambientais, econômicas e políticas entre os países ribeirinhos de uma mesma bacia hidrográfica, elevando os recursos hídricos à condição de questão vital para a sobrevivência nacional desses Estados. Já a segunda envolve a associação de temas tradicionalmente considerados de “baixa política” — como a gestão da água — à questões de “alta política”, como os assuntos de defesa e os acordos internacionais. Um exemplo dessa prática foi o Tratado de Paz de 1994 entre Jordânia e Israel, no qual a questão hídrica foi incluída estrategicamente nas negociações. Para Zhang (2022), na ocasião, a água assumiu uma centralidade na agenda de segurança nacional, exigindo ações por parte dos formuladores de políticas públicas que extrapolaram os canais convencionais daquele contexto.

É ainda diante dessa situação que podemos mobilizar a contribuição de Barry Buzan e Ole Wæver (2003) que desenvolveram a teoria dos Complexos Regionais de Segurança (CRS), ao constatar que, após a descolonização e o fim da Guerra Fria, as dinâmicas de segurança seriam predominantemente regionais. Assim, os Complexos Regionais de Segurança seriam formados por países cuja conjuntura de segurança estava interligada de forma distinta. O nível regional seria favorecido pois as ameaças tenderiam a se dissipar com a distância, levando os Estados a se preocupar primordialmente com sua vizinhança imediata. Logo, Michael Schulz (1995), ao tratar da questão hídrica, expande o conceito do CRS para o *Complexo Hidropolitico de Segurança*. Segundo o autor, a água se torna uma questão central para os Estados ao adentrar na agenda de segurança nacional, exigindo que as concepções securitárias incluam também aspectos ecológicos e ampliam a abordagem tradicional sobre a temática.

Apesar de diferentes, as noções de hidropolítica e securitização da água demonstram múltiplos paralelos com o campo de estudo das Relações Internacionais, sobretudo por sua conexão com temas como conflito, cooperação e geopolítica. Logo, é importante sublinhar que, embora potencialmente tensas, essas relações não estão necessariamente condenadas à guerra. Ao contrário, inúmeras experiências demonstram que os recursos hídricos compartilhados podem se tornar vetores de cooperação interestatal por intermédio de instrumentos legais internacionais, acordos multilaterais e mecanismos diplomáticos, como a Convenção das Nações Unidas sobre o Uso dos Cursos de Água Internacionais para Fins Diferentes da Navegação (1997)<sup>4</sup>, e as Regras de Helsinque (1966), formuladas pela Associação de Direito Internacional, que delineiam diretrizes sobre o uso de cursos d'água internacionais, com ênfase na cooperação e no compartilhamento justo desses recursos.

A literatura também reforça essa dimensão cooperativa. Aaron Wolf, por exemplo, em *Conflict and Cooperation Along International Waterways* (1998), propõe métodos para a resolução de disputas envolvendo rios transfronteiriços e, em

---

4 No entanto, apesar de possuir uma estrutura normativa avançada e estabelecer princípios importantes, como o uso equitativo e razoável dos recursos hídricos, o dever de não causar danos significativos e a necessidade de cooperação entre os Estados, a convenção enfrenta limitações, com baixa adesão por parte de alguns países estratégicos, como a China, por exemplo. Além disso, no caso da Ásia Central, apenas Uzbequistão (2007) e Cazaquistão (2024) são signatários do documento (UN, online).

trabalhos posteriores (2002), destaca que a água, historicamente, tem servido mais como base para a cooperação do que para o conflito. Tal abordagem também aparece em *Hydropolitics of the Nile Valley* (1979), de John Waterbury, que analisa a bacia do Nilo como um exemplo de interdependência entre os Estados ribeirinhos. Segundo Waterbury (1997), a gestão colaborativa do rio é inseparável dos arranjos internos e regionais de poder, o que exige o fortalecimento de mecanismos institucionais e de confiança mútua.

Anthony Turton segue a mesma linha ao propor que a hidropolítica representa “a alocação autorizada de valores sociais em relação à água” (Turton, 2002, p. 16). Essa concepção permite compreender o uso político do recurso e seu papel tanto na rivalidade quanto na cooperação regional. Turton (2002, p. 17) ainda introduz duas dimensões analíticas da hidropolítica: o *alcance* (dimensão horizontal), que envolve fatores como mitigação de conflitos e a atuação de atores não estatais nesses contextos; e a *escala* (dimensão vertical), que abrange níveis de impacto para essas questões, que vão do local ao internacional. Já para Yoffe, Wolf e Giordano (2001), apesar das controvérsias em torno da alocação dos recursos fluviais, as interações colaborativas são mais comuns em bacias compartilhadas, onde mesmo grandes obras de infraestrutura, frequentemente vistas como fontes de atrito, podem gerar cooperação a longo prazo. Algo que é ampliado por Huda e Ali (2018), quando destacam como projetos de geração de energia hidrelétrica podem, eventualmente, promover interesses mútuos.

### **A disposição hídrica da Ásia Central e as disputas regionais por água**

Assim como as potências europeias disputaram o controle de rios em territórios colonizados com o objetivo de garantir insumos agrícolas e industriais, a água assumiu um papel primordial nas rivalidades geopolíticas na Guerra Fria, incluindo o monitoramento das bacias hidrográficas da Ásia Central – essenciais para a segurança alimentar e energética da União Soviética (URSS). A região centro-asiática, com cerca de quatro milhões de quilômetros quadrados, é caracterizada por um clima predominantemente árido e semiárido e, historicamente, sua principal fonte de abastecimento hídrico provém de rios transfronteiriços, especialmente o Amu Darya e o Syr Darya. Por aproximadamente 3.500 anos, comunidades locais desenvolveram um sofisticado sistema de irrigação, que foi desestruturado após a anexação completa da região pelo Império Russo, em 1881, e posteriormente reorganizado sob a administração soviética, a partir de 1924 (Mosello, 2008).







populacional e a escassez dos recursos — já degradados e superexplorados — adicionaram uma camada de pressão geopolítica à questão hídrica (Elhance, 1997, p. 207). Com o colapso da confederação em 1991, cada novo Estado independente passou a adotar políticas voltadas exclusivamente aos seus interesses nacionais, comprometendo a lógica cooperativa anterior<sup>5</sup>. Em outras palavras, a fragmentação da gestão anteriormente centralizada resultou em descoordenação, tensões crescentes e conflitos localizados (Micklin, 2000), e a água passou a ser percebida como um recurso estratégico e securitizado, frequentemente associada a preocupações relacionadas ao crescimento populacional, instabilidade social e tensões étnicas (Mosello, 2008, p. 153).

Dessa forma, não demorou para que, a partir das disparidades de poder entre tais países, os conflitos em torno das bacias locais se tornassem mais frequentes<sup>6</sup>. No Amu Darya, as tensões se intensificaram entre Uzbequistão e Turcomenistão durante a construção do “Lago Dourado” turcomeno, um corpo d’água artificial de 2.000km<sup>2</sup> no deserto de Kara-Kum, que desviou massivamente as águas do rio<sup>7</sup> (Klötzli, 1997). Já no Syr Darya, os atritos envolveram Quirguistão, Tadjiquistão e Uzbequistão, especialmente no Vale de Ferghana, região densamente povoada e politicamente sensível para a Ásia Central. Nesse sentido, a descentralização da gestão da água agravou disputas por canais, irrigação e pastagens, antes coletivizadas, mas que passaram a ser alvo de apropriação privada e controle territorial (Patnaik, 2016).

Em 1993, tensões entre os governos uzbeque e quirguiz fizeram com que o Quirguistão ameaçasse reduzir o fluxo hídrico se o vizinho não pagasse pela energia fornecida. Nos invernos dos anos 2000, o país repetidamente liberou grandes volumes de água para geração elétrica das represas de Toktogul — em um dos afluentes do Syr Darya —, comprometendo o abastecimento uzbeque nos meses seguintes (Patnaik, 2016). Embora avanços diplomáticos tenham ocorrido desde 2016, com a chegada do presidente Shavkat Mirziyoyev ao poder no Uzbequistão, que adotou uma postura mais aberta à cooperação regional na pauta do compartilhamento hídrico, a situação ainda não foi plenamente resolvida.

Por outro lado, no que se refere à retomada na construção da barragem tadjique de Rogun, as tensões passaram por um processo de intensificação entre 2004 e 2015. A obra, no alto curso do Amu Darya, despertou forte oposição do governo uzbeque, traduzindo-se em bloqueios econômicos, fechamento de fronteiras e cortes no fornecimento de gás. É verdade que a crise começou a se dissipar após 2016, com a reconfiguração da política externa uzbeque, mas ainda

---

5 Após a retirada do Turcomenistão, em 2003, Cazaquistão e Uzbequistão deixaram oficialmente o antigo SEAC em 2008 e 2009, obrigando as repúblicas tadjique e quirguiz a seguir individualmente com seus projetos hidrelétricos (Aminjonov, 2016).

6 Embora Quirguistão e Tadjiquistão possuam as menores rendas per capita da região, concentram os principais mananciais e infraestruturas de armazenamento. Por outro lado, Uzbequistão, Cazaquistão e Turcomenistão dependem da água liberada dos rios para irrigar suas plantações, especialmente o algodão, nos meses mais quentes (Patnaik, 2016).

7 Decorrente desta situação, em 2001, um número significativo de residentes das regiões uzbeques do Karakalpaquistão e de Khorezm ficaram sem o recurso para a irrigação e o consumo, o que promoveu migrações massa para os territórios vizinhos do Cazaquistão e do Turcomenistão (Sievers, 2002).

em 2018, a represa não operava em sua capacidade total (NS Energy, 2020). Já os conflitos nas fronteiras mal delimitadas do Vale de Ferghana, essencialmente entre Quirguistão e Tadjiquistão, ocorreram com maior frequência em torno do acesso a canais de irrigação, poços e infraestrutura hidráulica. Em abril de 2021, um dos mais graves confrontos armados desde a independência teve como causa a instalação de câmeras de vigilância em uma estação de água no rio Isfara, próximo ao enclave tadjique de Vorukh. Um novo episódio violento em setembro de 2022, envolvendo novamente o controle da água, levou a dezenas de vítimas<sup>8</sup> (International Crisis Group, 2021; BBC News, 2022).

### **A securitização da água e os desafios da hidropolítica centro-asiática**

A partir do exposto, fica evidente como a água tem se tornado, cada vez mais, uma questão essencial para as repúblicas centro-asiáticas, num processo que se insere na lógica da securitização, proposta pela Escola de Copenhague. Como visto, esse enquadramento, no caso da crescente escassez hídrica, refere-se à elevação da gestão da água ao campo da “alta política”, a partir de sua associação com ameaças existenciais ao Estado (Buzan, 1997). O Cazaquistão, por exemplo, passou a reconhecer abertamente esse problema: em 2022, o presidente Kassym-Jomart Tokayev afirmou que tais recursos constituíam “uma séria barreira ao desenvolvimento econômico sustentável do país e uma questão de segurança nacional” (Satubaldina, 2022). Todavia, a retórica da securitização foi ainda mais expressiva nas repúblicas vizinhas do Tadjiquistão e Quirguistão.

Nos termos estabelecidos por Fischhendler (2015), às ações securizantes podem ser *entendidas* enquanto estratégicas, que promovem redes de interdependência e sobrevivência; e *táticas*, que associam recursos a interesses de segurança e poder estatal. O caso do Tadjiquistão representa com clareza a *securitização estratégica*, onde o projeto da barragem de Rogun foi repetidamente apresentado como essencial para garantir a autossuficiência energética, a soberania e a sobrevivência econômica do país. Dushanbe mobilizou discursos patrióticos, apelou à diáspora para comprar “ações” da represa e a tratou como não-negociável, especialmente por sua importância durante os rigorosos invernos locais. Em 2010, o presidente Emomali Rahmon declarou nas Nações Unidas (ONU) que “garantir a autossuficiência energética e o desenvolvimento econômico do Tadjiquistão por meio da água são desafios existenciais” (Rahmon, 2010). A retomada na construção da barragem tornou-se, portanto, não apenas uma questão de infraestrutura, mas um símbolo da soberania para o país.

O caso quirguiz, por sua vez, exemplifica uma forma de *securitização tática*. Ao associar a operação de suas represas, como Toktogul, à sua segurança energética durante o inverno, Bishkek passou a condicionar a liberação de água a pagamentos ou compensações dos vizinhos, especialmente em forma de eletricidade ou combustível. Em 2021, o vice-ministro da Energia, Taalaibek Ibrayev, alertou os países da região sobre a diminuição da disponibilidade hídrica, afirmando:

---

<sup>8</sup> Tal configuração ilustra de maneira clara como as linhas formais de fronteiras, reabastecidas pelo discurso da segurança hídrica e por um número emergente de enclaves tornaram-se, na verdade, um fator desestabilizador, em particular no enclave tadjique de Vorukh e nos enclaves uzbeques de Sokh e Shakhimardan, no Quirguistão.

“[e]sperem menos água no próximo ano” (Imanaliyeva, 2021). Essa abordagem insere um tema tradicionalmente considerado de “baixa política” em um debate estratégico, vinculado à autonomia e resiliência estatal, exatamente como descrito na tipologia de Fischhendler (2015).

Já o Uzbequistão, por estar localizado no baixo curso dos rios, adotou uma postura reativa, particularmente durante o governo de Islam Karimov (1991-2016). Em resposta à construção da barragem de Rogun, por exemplo, Tashkent passou a vincular o controle dos fluxos de água ao risco de colapso agrícola e instabilidade social, especialmente no Vale de Ferghana. Em 2012, Karimov chegou a afirmar que tais disputas poderiam “desencadear uma guerra” (Nurshayeva, 2012), fechando esporadicamente as fronteiras, cortando o envio de gás natural aos vizinhos e prejudicando a solidariedade regional nos anos 2000 (Olcott, 2010). Embora não tenha havido ações militares, a retórica buscava legitimar sanções econômicas, pressões diplomáticas e a mobilização da opinião pública, configurando o início de um processo securizante.

A dinâmica relacionada a securitização da água, a tornando indispensável a segurança e sobrevivência nacional, somado a preocupações com a construção de infraestruturas pelos demais países ribeirinhos e o impacto nas comunidades locais acaba por refletir o cenário apresentado por Schulz (1995) ao analisar as interações nas bacias do Tigre e Eufrates entre Turquia, Síria e Iraque, demonstrando a formação de um *Complexo Hidropolítico de Segurança*. Nesse sentido, o Amu Darya e o Syr Daria favorecem a formação de um *Complexo Hidropolítico na Ásia Central*, em que os Estados acabam por competir para garantir seu abastecimento para atividades econômicas, como irrigação e geração de energia elétrica. Ao mesmo tempo, a água se torna um fator relevante em zonas sensíveis, como o Vale de Ferghana, onde há disputa por recursos hídricos entre as comunidades locais em um contexto em que as fronteiras são mal delimitadas e passam a incorporar igualmente o discurso sobre a segurança nacional.

No quadro da hidropolítica, esse contexto gerou enormes desafios para a região, incluindo a necessidade urgente de novos acordos sobre o uso e a partilha da água, que seguiu a independência das repúblicas, quando a gestão dos recursos hídricos, especialmente nas bacias do Amu e Syr Darya, tornou-se uma prioridade comum. Em outras palavras, nas dimensões analíticas propostas por Turton (2002), ainda que a *escala* de tais conflitos tenha permanecido no nível local/regional, houve a tentativa de ampliar o *alcance* da mitigação de tensões, a partir de fóruns e organismos centro-asiáticos.

Esse foi o intuito da Comissão Interestatal para Coordenação da Água (ICWC), estabelecida formalmente em 1992 com respaldo das lideranças locais, e composta por representantes dos ministérios e comitês nacionais de água do Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão. A ICWC é o único órgão com autoridade para tomar decisões vinculativas sobre o uso e a alocação hídrica interestatal, tendo como principal objetivo garantir uma governança coletiva e cooperativa dos recursos fluviais (Waterbury, 1997). Seu escopo inclui desde a definição de políticas regionais e diretrizes de uso até a aprovação anual de limites de consumo por país, com base em previsões climáticas

e hidrológicas, além da operação de reservatórios (ICWC, online).

O esforço de institucionalização da cooperação se concretizou com acordos multilaterais como o de Alma-Ata (1992), que tratou da gestão conjunta e proteção das fontes d'água, e o de Kzyl-Orda (1993), voltado à mitigação da crise do Mar de Aral. Além da ICWC, outras estruturas reforçaram essa arquitetura, como o *Interstate Council for the Aral Sea Basin* (ICAB) e o *International Fund to Save the Aral Sea* (IFAS). O ICAB atua como fórum de diálogo e tomada de decisão sobre questões hídricas e ambientais, enquanto o IFAS busca financiamento internacional e promove a cooperação regional para enfrentar a crise ambiental e seus impactos (Weinthal, 2002; Dukhovny; Sokolov, 2003). As duas iniciativas contam com a participação dos ministros da água dos cinco países e, além de lidar com aspectos técnicos e legais da gestão compartilhada, também abordam dimensões sociais e econômicas que afetam as populações ribeirinhas (ICWC, online).

No entanto, ainda que a existência dessas instituições tenha aumentado a conscientização regional sobre a importância da gestão sustentável da água (Dukhovny; Schutter, 2007), seus *status* jurídicos pouco claros e, por vezes, sobrepostos, dificultam a resolução de conflitos. Além disso, a falta de dados hidrográficos dificultam ações conjuntas nas bacias (Mosello, 2008, p. 161-162). O enfoque unidimensional semelhante ao modelo da URSS (Elhance, 1997, p. 2018) ainda soma-se a outros problemas para a ação efetiva da organização, apontados por Beatrice Mosello (2008), como o escopo limitado das atividades, a autonomia restringida e permeada por rivalidades interestatais, a fraca capacidade normativa, o financiamento insuficiente e a falta de recursos para aplicabilidade das decisões (*lack of enforcement*). Ressalta-se também que as resoluções na ICWC são tomadas por consenso, o que pode causar paralisias institucionais (Mosello, 2008, p. 162-163).

Ademais, a organização capta recursos provenientes de secretarias especializadas da ONU e do Banco Mundial, que atribuem ênfase a projetos técnicos para lidar com os problemas regionais, muitas vezes, sem considerar as dimensões políticas, econômicas e sociais relacionadas à alocação do recurso tanto no campo doméstico quanto no âmbito interestatal, fazendo com que a eficácia dessas ações, até o momento, tenha sido bastante limitada (Lautze; Giordano, 2005). Similarmente, apesar do interesse e influência crescente sobre a Ásia Central, Rússia e China têm desempenhado pouco esforço para a resolução de conflitos relacionados à água na região, possuindo investimentos tímidos nas iniciativas de infraestrutura hídrica do local<sup>9</sup> (Eurasianet, 2020). Tal cenário indica que o avanço sobre controvérsias tende a ocorrer mais no nível da concertação dos Estados centro-asiáticos do que no nível internacional. Recentemente, o acordo fronteiriço entre Tadjiquistão e Quirguistão, mediado pelo Uzbequistão, incluiu também negociações sobre o uso compartilhado da estação hidrelétrica de Golovnoi, que capta águas dos rios Ak-Suu e Isfara (Radio Free Europe, 2025). Esse exemplo reflete um padrão crescente de resolução de conflitos dentro da própria

---

<sup>9</sup> Pequim tem evitado projetos grandes em países de nascente (Quirguistão e Tadjiquistão), investindo pontualmente em questões hídricas no Cazaquistão e Uzbequistão e desenvolvendo uma cooperação bilateral assimétrica e sem liderança regional multilateral (Eurasianet, 2020).

Ásia Central, com base nas Reuniões Consultivas de Chefes de Estado, lançadas em 2017 por iniciativa do presidente uzbeque Shavkat Mirziyoyev. Todavia, apesar desses avanços, a ausência de um processo institucionalizado faz com que os acordos firmados nas cúpulas ainda apresentem baixa estabilidade.

Outro problema a ser apontado, é a exclusão do Afeganistão nessas discussões e em suas principais estruturas multilaterais, como a ICWC, o ICAB e o IFAS (Yildiz, 2015). Embora o país compartilhe as nascentes do rio Amu Darya e possua bacias hidrográficas importantes – como as dos rios Helmand, Kabul, Hari Rud, Murghab – ele permanece à margem das decisões regionais. Isso é especialmente problemático, considerando que a agricultura afegã depende fortemente da irrigação desses rios, e que o país possui alto potencial hidrelétrico, estimado em 23.000 MW – dos quais apenas uma fração foi explorada (Favre; Kamal, 2004) –, de modo que projetos de infraestrutura hídrica, como as barragens de Kajaki e Naghlu, são essenciais para impulsionar a economia local, fortalecer a segurança alimentar e favorecer a integração na região (Thomas; Varzi, 2009; World Bank, 2017).

Conforme isso sugere, embora um ator estratégico, o Afeganistão enfrenta dificuldades significativas para participar da governança hídrica centro-asiática devido à sua instabilidade política (Shahi, 2022). Nesse sentido, a relação com seus vizinhos permanece moldada por questões de segurança. O Tadjiquistão, por exemplo, vigia a presença do Talibã, lembrando seu histórico de conflitos transfronteiriços com grupos insurgentes afegãos nos anos 1990 e sua posterior aliança com os EUA na “Guerra ao Terror” (Zardykhon, 2022). O Uzbequistão igualmente desempenhou papel relevante como apoio logístico à OTAN e, desde 2021, acolhe o ex-vice-presidente afegão Abdul Rashid Dostum, após a retomada de Cabul pelo grupo fundamentalista. Já o Turcomenistão, ainda que neutro, tem intensificado sua cooperação com o país, especialmente no setor energético, promovendo projetos como o gasoduto Turcomenistão-Afeganistão-Paquistão-Índia (TAPI), que busca diversificar suas exportações de energia, ainda fortemente monopolizadas pela Rússia e por contratos com empresas ocidentais (Satubaldina, 2022).

Basta destacar que essas aproximações ganham ainda mais importância diante das mudanças climáticas, que vêm alterando regimes de chuva, acelerando o derretimento de glaciares e impactando o ciclo hidrológico dos rios que nascem no território afegão<sup>10</sup> (Yildiz, 2015). Eventos extremos como secas e inundações se tornam mais frequentes, aumentando a vulnerabilidade da população e o risco de tensões interestatais. Nesse cenário, considerando a posição sem acesso ao mar da Ásia Central e, com isso, a prospecção e o acesso à novos mercados e rotas de escoamento, torna-se urgente adotar uma governança mais resiliente e inclusiva, que reconheça o papel do Afeganistão para a segurança e estabilidade regional e que incorpore todos os atores relevantes no desenho de políticas sustentáveis e

---

10 Algo observado também no caso dos rios quirguizes. Em 2020, fazendo referência ao ODS 6, na 75ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, o presidente do Quirguistão, Sooronbai Jeenbekov, declarou que “[...] as mudanças climáticas estão reduzindo as geleiras e os recursos hídricos no Quirguistão. Isso levará à escassez de água potável, ameaça à saúde da população, degradação do solo e riscos econômicos” (Jeenbekov, 2020).

adaptativas para o futuro da região.

### **Considerações finais**

A água, enquanto recurso vital, ocupa um lugar estratégico nas dinâmicas políticas contemporâneas, especialmente em regiões marcadas por escassez, interdependência e disputas históricas, como a Ásia Central. Ainda que diferentes em escopo e enquadramento analítico, o campo interdisciplinar da hidropolítica e as contribuições teóricas da securitização, nos oferecem uma lente ampla para investigar tanto os processos securitizados quanto os arranjos diplomáticos, técnicos e legais voltados à governança das águas compartilhadas. Sobretudo, a partir da Escola de Copenhague, é possível compreender como o discurso político pode transformar o recurso hídrico em uma ameaça existencial, justificando medidas excepcionais em nome da segurança nacional e regional.

Na Ásia Central, essa articulação entre segurança e política hídrica ganha contornos particularmente intensos. Os rios Amu Darya e Syr Darya, que cruzam diversas fronteiras nacionais, têm sido fontes recorrentes de tensão entre os Estados da região desde a dissolução da União Soviética (URSS). Como aponta Wolf (1998), a ausência de mecanismos eficazes de gestão da água contribuiu para acirrar conflitos, revelando as fragilidades institucionais que marcam o cenário centro-asiático. Dessa forma, é possível observar a formação de um Complexo Hidropolítico de Segurança na Ásia Central, tendo em vista que a região não possui apenas uma dinâmica de segurança distinta de maneira geral, mas também em relação aos rios compartilhados, devido às desavenças e preocupações relacionadas a infraestruturas e ao emprego da água em atividades econômicas díspares, bem como seu impacto nas comunidades locais em áreas consideradas sensíveis em termos de segurança.

Ainda assim, esforços concretos de cooperação por meio da criação de organismos como a Comissão Interestatal para Coordenação da Água (ICWC), o *Interstate Council for the Aral Sea Basin* (ICAB) e o *International Fund to Save the Aral Sea* (IFAS), que buscam mitigar os impactos da escassez e coordenar o uso racional dos recursos regionais, reforçam a ideia de que, mesmo diante de assimetrias de poder, a cooperação é não apenas possível, mas desejável.

A questão central reside no fortalecimento dessas instituições, dotando-as de autonomia decisória, recursos financeiros e legitimidade política para mediar interesses concorrentes, sendo que a introdução de plataformas multilaterais mais robustas poderia servir como antídoto às tensões, promovendo uma governança hídrica adaptativa e resiliente frente à incerteza climática e às dinâmicas geopolíticas em curso. Contudo, para que a água se torne um vetor de cooperação, é preciso solucionar as preocupações de segurança presente nas dinâmicas regionais de maneira ampla. A ausência de normas internacionais vinculantes e a resistência de Estados em abrir mão da soberania sobre recursos estratégicos, nesse contexto, somam-se à exclusão do Afeganistão de tais mecanismos, a despeito de sua importante posição geográfica e papel para a integração local em torno do uso sustentável dos rios. Em síntese, embora a água possa ser securitizada em

cenários de crise, o caminho mais promissor parece estar na construção de pontes institucionais e diplomáticas que a transformem em vetor de desenvolvimento e estabilidade regionais.

## REFERÊNCIAS

- ALLAN, Tony. *The Middle East Water Question: Hydropolitics and the Global Economy*. Londres: I.B. Tauris, 2002.
- BASUMATARY, J. *Geopolitics of water and security implications: understanding of India-China transboundary water dispute*. Chennai Centre for China Studies, 2021.
- BBC NEWS. *Tajikistan-Kyrgyzstan border clashes: Dozens killed*. [S.l.], 19 set. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-62950787>. Acesso em: 22 abr. 2025.
- BERNDTSSON, Ronny; TUSSUPOVA, Kamshat. *The future of water management in Central Asia*. *Water*, v. 12, n. 2241, p. 1–5, 2020. DOI: 10.3390/w12082241.
- BOND, Nick R.; BURROWS, Ryan M.; KENNARD, Mark J.; BUNN, Stuart E. *Water scarcity as a driver of multiple stressor effects*. In: SABATER, Sergi; ELOSEGI, Arturo; LUDWIG, Ralf (Ed.). *Multiple stressors in river ecosystems*. Elsevier, 2019. p. 111-129. ISBN 9780128117132. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/B978-0-12-811713-2.00006-6>
- BUENO, Guilherme. *Água como recurso de poder: conflitos, tensões e a urgência da governança hídrica*. 22 mar. 2025. Disponível em: <https://relacoesexteriores.com.br/agua-como-recurso-de-poder-conflitos-tensoes-e-a-urgencia-da-governanca-hidrica/>. Acesso em: 16 jul. 2025.
- BUZAN, Barry. *Rethinking security after the Cold War*. *Cooperation and Conflict*, v. 32, n. 1, p. 5–28, 1997.
- BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. *Regions and Powers: The Structure of International Security*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- DUKHOVNY, Viktor; DE SCHUTTER, Joop. *Water in Central Asia: Past, Present, Future*. Boca Raton: CRC Press, 2007.
- DUKHOVNY, Viktor; SOKOLOV, Viktor. *Lessons on cooperation building to manage water conflicts in the Aral Sea Basin*. UNESCO IHP, 2003.
- ELHANCE, Arun P. *Conflict and cooperation over water in the Aral Sea Basin*. *Studies in Conflict and Terrorism*, v. 20, p. 207–218, 1997.
- EL-SAYED, Mahmoud; MANSOUR, Rasha. *Water scarcity as a non-traditional threat to security in the Middle East*. *India Quarterly*, v. 73, n. 2, p. 230–245, 2017.
- EURASIANET. *Chinese Hydroelectric Investments in Central Asia: A Snapshot*. Disponível em: <https://eurasianet.org/chinese-hydroelectric-investments-in-central-asia-a-snapshot>. Acesso em: 16 jul. 2025.
- FAVRE, R.; KAMAL, G. M. *Watershed Atlas of Afghanistan*. Kabul: Ministry of Irrigation, Water Resources and Environment, 2004.
- FISCHHENDLER, Itay. *The securitization of water discourse: theoretical*

foundations, research gaps and objectives of the special issue. *International Environmental Agreements: Politics, Law and Economics*, v. 15, n. 3, p. 247–255, 2015.

HOMER-DIXON, T. F. Environmental scarcities and violent conflict: evidence from cases. *International Security*, v. 19, n. 1, p. 5–40, 1994.

HUDA, Mirza Sadaqat; ALI, Saleem H. Environmental peacebuilding in South Asia: establishing consensus on hydroelectric projects in the Ganges-Brahmaputra-Meghna (GBM) Basin. *Geoforum*, v. 96, p. 160–171, nov. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2018.08.015>. Acesso em: 27 jul. 2025.

IMANALIYEVA, A. 'Expect less water next year', Kyrgyzstan warns downstream neighbors. *Eurasianet*, 2021. Disponível em: <https://eurasianet.org/expect-less-water-next-year-kyrgyzstan-warns-downstream-neighbors>. Acesso em: 16 jul. 2025.

KLARE, Michael T. The new geography of conflict. *Foreign Affairs*, v. 80, n. 3, p. 49–61, maio–jun. 2001.

LAUTZE, Jonathan; GIORDANO, Mark. Transboundary water law in Africa: development, nature, and geography. *Natural Resources Journal*, v. 45, n. 4, p. 1053–1087, 2005.

MICKLIN, Philip. Managing water in Central Asia. *Central Asian Survey*, v. 19, n. 3–4, p. 357–379, 2000.

MICKLIN, Philip. The Aral Sea disaster. *Annual Review of Earth and Planetary Sciences*, v. 35, p. 47–72, 2007.

MOSELLO, Beatrice. Water in Central Asia: a prospect of conflict or cooperation? *Journal of Public & International Affairs*, v. 19, p. 151–174, 2008.

NURSHAEVA, R. Uzbek leader sounds warning over Central Asia water disputes. *Reuters*, 2012. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/centralasia-water-idUSL6E8K793I20120907>. Acesso em: 16 jul. 2025.

NS ENERGY. Rogun Hydropower Project. Disponível em: <https://www.nsenergybusiness.com/projects/rogun-hydropower-project/>. Acesso em: 16 jul. 2025.

POMFRET, Richard. *The Economies of Central Asia*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

RADIO FREE EUROPE / RADIO LIBERTY. Kyrgyzstan, Tajikistan sign historic border deal. [S.l.], 2025. Disponível em: <https://www.rferl.org/a/kyrgyzstantajikistan-border-deal-historic-peace-agreement/33345668.html>. Acesso em: 22 abr. 2025.

RAHMON, Emomali. Statement by the President of the Republic of Tajikistan at the 64th Session of the United Nations General Assembly. New York, 2010.

REUTERS. Uzbek leader warns water disputes could spark war. 2012. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-uzbekistan-water-idUSBRE88S0F620120929>. Acesso em: 16 jul. 2025.

SATUBALDINA, A. Water issues need urgent action in Kazakhstan and Central

Asia, 15 set. 2022.

SANT'ANNA, Fernanda Mello. Governança multiescalar dos recursos hídricos transfronteiriços na Amazônia. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2017.

SCHULZ, Michael. Turkey, Syria and Iraq: A Hydropolitical Security Complex. In: OHLSSON, Leif (ed.). Hydropolitics: Conflicts over Water as a Development Constraint. London: Zed Books, 1995. Cap. 3.

SNEDDON, C.; FOX, C. Water, geopolitics, and economic development in the conceptualization of a region. Eurasian Geography and Economics, 2012.

THOMAS, V.; VARZI, A. Afghanistan Water Sector Strategy. Kabul: Ministry of Energy and Water, Islamic Republic of Afghanistan, 2009.

TROTTIER, Julie. Water crises: political construction or physical reality? Contemporary Politics, v. 14, n. 2, p. 197–214, 2008.

TURTON, Anthony. Hydropolitics: the concept and its limitations. In: TURTON, A.; HENWOOD, R. (Org.). Hydropolitics in the Developing World: A Southern African Perspective. Pretoria: African Water Issues Research Unit (AWIRU), Centre for International Political Studies (CIPS), University of Pretoria, 2002.

UNITED NATIONS. Convention on the Law of the Non-Navigational Uses of International Watercourses. Nova York, 21 maio 1997. Disponível em: [https://treaties.un.org/Pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtdsg\\_no=XXVII-12&chapter=27&clang=\\_en](https://treaties.un.org/Pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=XXVII-12&chapter=27&clang=_en). Acesso em: 16 jul. 2025.

UNECE (United Nations Economic Commission for Europe). Second Assessment of Transboundary Rivers, Lakes and Groundwaters. 2011. Disponível em: <https://unece.org/environment-policy/publications/second-assessment-transboundary-rivers-lakes-and-groundwaters>. Acesso em: 16 jul. 2025.

WATERBURY, John. Between unilateralism and comprehensive accords: modest steps toward cooperation in international river basins. Water Resources Development, v. 13, n. 3, p. 279–290, 1997.

WOLF, Aaron T. Conflict and cooperation along international waterways. Water Policy, v. 4, n. 3, p. 251–265, 2002.

WORLD BANK. Afghanistan: Water Resources Development and Institutional Strengthening Project. Washington, DC: World Bank Group, 2017.

YILDIZ, Dursun. Afghanistan's transboundary rivers and regional security. World Scientific News, v. 16, p. 40-52, 2015.

YOFFE, Shira; WOLF, Aaron T.; GIORDANO, Mark. Conflict and cooperation over international freshwater resources: indicators and findings of the Basins at Risk project. In: YOFFE, Shira B. Basins At Risk: Conflict and Cooperation Over International Freshwater. Tese (Doutorado em Filosofia em Geografia). Oregon State University, 12 de Outubro de 2001. Cap. 4.

ZHANG, Jieying. A securitization-perspective analysis of water disputes in the Jordan River Basin. International Relations and Diplomacy, v. 10, n. 5, p. 229–238, 2022. DOI: 10.17265/2328-2134/2022.05.003.

**Abstract:** Throughout the 21st century, water has come to be understood not only as a vital resource for life but also as a strategic asset at the heart of contemporary geopolitical disputes. In Central Asia — comprising Kazakhstan, Kyrgyzstan, Tajikistan, Turkmenistan, and Uzbekistan — this dynamic is intensified by water interdependence, Soviet-era management legacies, and increasing scarcity. This article, through a qualitative method and literature review, investigates whether and how Central Asian states have securitized water in recent decades, based on the Copenhagen School's securitization theory and hydrogeopolitics studies. The article is structured in four sections: the first discusses key theoretical concepts; the second describes the region's water resources and disputes; the third examines securitization dynamics and institutional responses; and the fourth presents concluding remarks, highlighting the limits and possibilities for regional cooperation and water security.

**Keywords:** Hydrogeopolitics; Securitization; Central Asia; Geopolitics.

*Recebido em 24 de março de 2025*

*Aceito em 01 de junho de 2025*

**Como citar:**

CONCEIÇÃO, Guilherme G. da. ; BATISTA, Taynara Martins. Hidropolítica e Securitização: a água enquanto vetor regional de segurança na Ásia Central. *Eurásia em Foco*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 40-56, Abr./Jun. 2025. Centro de Investigação em Rússia, Eurásia e Espaço Pós-Soviético (CIRE).

DOI: 10.5281/zenodo.17018877

## SOBRE O CIRE

O Centro de Investigação em Rússia, Eurásia e Espaço Pós-Soviético (CIRE), fundado em setembro de 2023, está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP) como subgrupo do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES). O CIRE é um grupo de estudos autônomo, de caráter científico, dedicado aos estudos sobre Rússia, Eurásia e Espaço Pós-Soviético. Sua missão é fomentar pesquisas e debates sobre dinâmicas políticas, econômicas, sociais e culturais da região a partir de perspectivas brasileiras e promover o diálogo e parcerias entre pesquisadores nacionais e internacionais em temas como relações internacionais, segurança, história e sociedade.

### Linhas de Pesquisa

**Política Internacional e Política Externa:** Estudo do processo de construção dos Estados Nacionais eurásianos e da formulação e implementação de suas políticas exteriores. Descrição analítica das relações intra-região, seus objetivos comuns e divergências internas, êxitos e fracassos, na edificação de um sistema regional. Análise da inserção internacional da Rússia e dos Estados pós-soviéticos, suas relações com as potências ocidentais e com os novos atores da arena Sul-Sul.

**Desenvolvimento, Segurança e Integração Regional:** Análise das transformações geopolíticas e econômicas no Pós-Guerra Fria, emergência da Rússia e dos países eurásianos no cenário internacional, processos de integração, com sua lógica política e possibilidades de formação de um regionalismo pós-soviético. Estudo da região enquanto novo campo de disputa estratégica global em função da crise energética e de recursos naturais e alimentares, bem como a nova e crescente relevância de dinâmicas securitárias e dos conflitos locais.

**História, Cultura e Sociedade:** Investigação multidisciplinar sobre as diversas áreas de influências que moldaram o desenvolvimento socioeconômico, político e cultural da Rússia e do espaço eurásiano ao longo do tempo. Análise da formação da União Soviética até as dinâmicas regionais contemporâneas, aprofundando o entendimento das narrativas históricas, transformações culturais, buscando analisar as interações sociais que

delinearam as identidades dessa vasta e diversificada região.

### **Membros**

#### **Ana Livia Ayres Cardoso (Universidade de São Paulo, Brasil)**

Áreas de atuação: Política externa soviética; Identidade e cultura; Diplomacia cultural soviética; Construtivismo e políticas dos afetos.

#### **Danielle Makio (PPGRI San Tiago Dantas, Brasil)**

Áreas de atuação: Política externa russa; Relações sino-russas; Ásia Central; Separatismos no espaço pós-soviético.

#### **Getúlio Alves de Almeida Neto (PPGRI San Tiago Dantas, Brasil)**

Áreas de atuação: Política externa russa; Política de defesa e segurança da Rússia; Doutrina militar e forças armadas russas; Ártico.

#### **Guilherme Geremias da Conceição (PPGRI San Tiago Dantas, Brasil)**

Áreas de atuação: Construção do Estado na URSS; Política externa das repúblicas da Ásia Central; Integração regional no espaço pós-soviético.

#### **Maria Eduarda Carvalho de Araujo (PPGRI San Tiago Dantas, Brasil)**

Áreas de atuação: Política externa russa; Memória histórica; Segurança ontológica e identidade no espaço pós-soviético.

#### **Paulo Victor Fernandes Oliveira (Universidade Federal da Bahia, Brasil)**

Áreas de atuação: Política externa russa; Relações sino-russas; Relações internacionais da Eurásia.

#### **Pérsio Glória de Paula (Universidade Estatal de São Petersburgo, Rússia)**

Áreas de atuação: Política externa russa; Geopolítica e geoestratégia da Rússia; Identidade nacional; BRICS.

#### **Tito Lívio Barcellos (PPGRI San Tiago Dantas, Brasil)**

Áreas de atuação: Geopolítica da Rússia; Doutrina militar e forças armadas russas; Geoestratégia do espaço pós-soviético.

## Parceiros

### **PPGRI San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP)**

O Programa Interinstitucional de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas foi fundado em 2003 por intermédio de uma parceria entre a Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). A associação, construída pela interação das três universidades, mantém importantes bibliotecas, centros de documentação, estruturas informatizadas e tem representado, desde a sua criação, a utilização de tais recursos com excelência, evidenciando uma nova capacidade de ensino e pesquisa.

### **Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES)**

O Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) foi fundado em 2001, na Faculdade de História, Direito e Serviço Social, da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), no campus de Franca, por iniciativa de um grupo de professores e alunos interessados no tema da Paz, da Defesa e da Segurança Internacional. Constitui-se como Grupo Acadêmico dentro da estrutura da Universidade, e foi o primeiro do campus de Franca a ser reconhecido pelo Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (CNPq) como grupo de pesquisa.





## Contato e redes sociais do CIRE

Praça da Sé, Nº108  
3º Andar  
São Paulo, São Paulo  
Brasil - CEP 01001-900  
Fone: +55 (11) 3116-1770  
E-mail: [cire.ppgstd@gmail.com](mailto:cire.ppgstd@gmail.com)

Instagram: [/@cire\\_gedes](https://www.instagram.com/cire_gedes)  
X: [@cire\\_gedes](https://twitter.com/cire_gedes)  
Site: [gedes-unesp.org/cire/](https://gedes-unesp.org/cire/)





Centro de  
Investigação em  
Rússia, Eurásia e  
Espaço Pós-Soviético  
UNESP-UNICAMP-PUCSP